

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 112, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

Aprova a atualização do PPC do curso de Especialização *Lato Sensu* em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas do *campus* de Canindé.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, considerando o Processo Nº 23255.052711.2017-20 e considerando a deliberação do Conselho Superior na 47ª reunião ordinária;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas do *campus* de Canindé, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Virgílio Augusto Sales Araripe **Presidente do Conselho Superior**



Protocolo nº 23255.052711.2017-20

Data: 20/11/2017 Campus: REITORIA

Interessado: Barbara Suellen Ferreira Rodrigues

Origem: PRPI-REIT

Destino: SEC

Assunto: Solicita aprovação do Consup do PPC de Especialização em Gestão

e Políticas Públicas - Canindé

TRAMITAÇÃO

1) Data:/ Destino:	2) Data:// Destino:
3) Data:/ Destino:	4) Data:// Destino:
5) Data:/ Destino:	6) Data:// Destino:
7) Data:/ Destino:	8) Data:// Destino:
9) Data:/ Destino:	10) Data:/ Destino:
11) Data:// Destino:	12) Data:/ Destino:
13) Data:// Destino:	14) Data:/ Destino:
15) Data:// Destino:	16) Data:/ Destino:
17) Data:/ Destino:	18) Data:/ Destino:
19) Data:/ Destino:	20) Data:/ Destino:
21) Data:// Destino:	22) Data:// Destino:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Fortaleza, 20 de novembro de 2017

Memorando nº 07/2017 Coordenação de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação campus Canindé

De: Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues

Para: Sr. Fábio Alencar Mendonça - Chefe de Departamento da Pós-Graduação/PRPI

Assunto: Solicitação de análise de alteração do Projeto Pedagógico de Curso de Especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas

Senhor Fábio,

Tendo em vista a finalização dos trabalhos de alteração do PPC do Curso de Especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas, a ser ofertado no *campus* Canindé, solicito a apreciação, análise e providências, por parte da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPI), acerca do Projeto Pedagógico do referido curso, considerando o parecer emitido pelo pedagogo do campus.

Destaco que o Projeto atende à legislação vigente, além de permanecer alinhado com o compromisso dessa instituição em oferecer formação acadêmica e profissional, atendendo às demandas locais

Sem mais pelo momento e ciente de vosso apoio, agradeço.

Barbara Lyllen fenneiro

Respeitosamente,

Bárbara Suellen Ferreira Rodigues Coordenadora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação SIAPE 1841491

Coordenadora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação IFCE campus Canindé

111



GOVERNO FEDERAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ DEPARTAMENTO DE ENSINO *CAMPUS* CANINDÉ

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DE ESPECIALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

CANINDÉ-CE

REITOR

Virgílio Augusto Sales Araripe

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Reuber Saraiva de Santiago

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

José Wally Mendonça Menezes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Zandra Dumaresq

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Ivam Holanda de Sousa

PRÓ-REITOR DE ADMINSITRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Tássio Francisco Lofti Matos

DIRETOR GERAL DO CAMPUS

Francisco Antônio Barbosa Vidal

CHEFE DE DEPARTAMENTO DE ENSINO

Eduardo Dalle Piagge Filho

COORDENADOR DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

David Moreno Montenegro

Francisco Antônio Barbosa Vidal

Fabrício Américo Ribeiro

Ivo Luís Oliveira Silva

SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	03
1.1 Identificação Geral	03
1.2 Informações Gerais da Oferta	03
1.3 Público Alvo	03
1.4 Critérios de Seleção e Inscrição	03
2 APRESENTAÇÃO	05
2.1 Concepção do curso	05
2.2 Justificativa	05
2.3 Objetivos do Curso	05
2.3.1 Objetivo Geral	05
2.3.2 Objetivos Específicos	06
2.4 Perfil do Egresso	06
2.5 Fundamentação Legal	06
3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	07
3.1 Matriz Curricular	09
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	11
4.1 Metodologia de Ensino	11
4.2 Sistema de Avaliação	12
4.2.1 Avaliação da Aprendizagem	12
4.2.2 Frequência	12
4.2.3 Trabalho de Conclusão de Curso	12
4.3 Avaliação do Curso e dos Docentes	14
5 CERTIFICAÇÃO	14
6 INFRAESTRUTURA	14
7 INDICADORES DE DESEMPENHO	18

Pro	ojeto Pedagógico – Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas
Ca	mpus Canindé
_	
8	PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS20

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Identificação Geral

Instituição:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
Curso:	Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas
Nível:	Pós-Graduação Lato Senso
Entidade Promotora:	IFCE campus Canindé
Entidade Executora:	IFCE campus Canindé
Diretor Geral do Campus:	Francisco Antônio Barbosa Vidal
Departamento ou	Turismo, Hospitalidade e Lazer
Coordenação de Área:	
Coordenador do curso:	Tiago Estevam Gonçalves
Telefone para contato:	(85) 996439845
E-mail para contato:	tiagoestevam@ifce.edu.br

1.2. Informações Gerais da Oferta

Modalidade de oferta:	Presencial
Carga horária:	420 horas-aula
Local de realização:	IFCE campus Canindé
Turno:	Noite
Periodicidade das aulas:	Segundas a sextas-feiras – Horário: 18h às 22h (sábados em situações específicas no horário de 8 às 16 horas)
Período de duração:	2 (dois) semestres para a integralização das disciplinas, com 6 (seis) meses adicionais para a confecção do TCC (prorrogável por igual período, condicionado à aprovação do colegiado).

1.3. Público Alvo

Direcionado à portadores de diplomas de graduação em quaisquer área de conhecimento, que atuam ou ensejam atuar em Instituições públicas ou privadas (empresas, prefeituras, organizações públicas estaduais ou federais, sindicatos, associações, ONGs, organizações educacionais) nos âmbitos do planejamento e gestão de políticas públicas.

1.4. Critérios de Seleção e Inscrições

O acesso ao curso de Especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas dar-se-á por meio de processo seletivo aberto para portadores de diploma de curso superior, conforme definido no público-alvo. Os detalhes do processo seletivo, informações para inscrições (datas e documentos exigidos), critérios classificatórios, etapas de avaliação e demais informações para atribuições subsequentes (resultados, matrículas, etc.), serão especificados em Edital próprio.

2. APRESENTAÇÃO

Mantido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Pessoa Jurídica de Direito Público, com o CNPJ 10.744.098/0001-45, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Canindé, localiza-se na Rodovia BR-020, s/n°, km 302, bairro Jubaia, Canindé/CE. O campus de Canindé surgiu do Plano de Expansão Fase II da rede de ensino tecnológico do País, iniciado a partir da elaboração de planejamento realizado pelo Governo Federal, em 2007. Com a intenção de reorganizar e ampliar a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é decretada a Lei 11.892, de 20 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Dessa forma, o IFCE passa a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará composto por um conjunto de campi: Sede, Canindé, Cedro, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Sobral, Limoeiro do Norte e Quixadá, assim como também, pelas Escolas Agrotécnicas Federais do Crato e Iguatu.

A missão do IFCE é o de produzir, disseminar e aplicar o conhecimento tecnológico e acadêmico para formação cidadã, por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o progresso socioeconômico local, regional e nacional, na perspectiva do desenvolvimento sustentável e da integração com as demandas da sociedade e com o setor produtivo. O município de Canindé, pertence à Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – 7ª CREDE juntamente com as cidades de Itatira, Caridade, Santa Quitéria, Paramoti e General Sampaio. Na realidade específica do município de Canindé e microrregião, há 13 escolas estaduais que abrangem a formação em nível médio, num total de 183 escolas públicas e 08 escolas particulares. Com uma população de 85.000 habitantes, o município localiza-se na Mesorregião do Norte Cearense.

É a cidade na qual ainda se festeja uma das mais antigas festas religiosas do Brasil, a Festa de São Francisco das Chagas. Inicialmente com o nome São Francisco das Chagas do Canindé, passou a ser chamada somente de Canindé em 1914, em homenagem, segundo a história, a uma tribo de índio ou a uma espécie de arara de plumagem amarela. Com clima tropical quente semiárido, sua precipitação pluviométrica média anual é 756 mm e com temperatura máxima de 32 °C e mínima de 24 °C (médias). A economia do munícipio tem como base a agricultura, a pecuária, a piscicultura e a indústria. Outra importante fonte de renda é o turismo religioso. O Campus de Canindé desenvolve os seguintes cursos:

Nível Médio – Técnico Integrado e Subsequente em Eventos; Técnico Integrado e Subsequente em Telecomunicações; Nível Superior – Tecnologia em Gestão de Turismo; Tecnologia em Redes de Computadores; Licenciatura em Educação Física; Licenciatura em Matemática; Pós-Graduação – Cursos de Especialização em Educação Física Escolar.

2.1. Concepção do Curso

A necessidade de formação na área de Gestão e Planejamento de Políticas Públicas se tornou evidente a partir da oferta do Curso de extensão em Formação Política, no *campus* Canindé do IFCE. Nesta ocasião, verificou-se uma ampla procura pelo curso, tornando visível a demanda por uma formação complementar nesta área. Durante o curso de extensão supracitado, vislumbrou-se a manifestação da demanda por discussões relativas a aspectos técnico-formais, jurídicos e de gestão do setor público na elaboração e implementação de políticas públicas, como forma de qualificar as intervenções dos diversos atores no cenário político local.

2.2. Justificativa

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, campus Canindé, através da Coordenadoria de Turismo, Hospitalidade e Lazer, passa a participar e discutir de maneira mais concreta o processo de construção/elaboração de políticas públicas em Canindé e nos municípios de seu entorno, em especial aqueles pertencentes aos "sertões de Canindé" (Paramoti, Caridade, Canindé, Itatira, Boa Viagem e Madalena).

Nesse sentido, a implantação do curso de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas vem responder aos anseios da comunidade regional na medida em que se propõe a formar especialistas capazes de intervir de modo qualificado na gestão pública – em seus diferentes níveis – e nas instituições comunitárias. O curso vem, ainda, dar suporte à produção científica e de pesquisa, de modo a consolidar a vocação do Instituto Federal de Educação para a pesquisa e inovação, contribuindo para que esta instituição de ensino cumpra sua missão e promova as condições para o desenvolvimento e mudança na realidade local. A forma multidisciplinar que o curso está construído possibilita uma visão ampla dos processos de gestão e planejamento de políticas públicas e da sua relação com o cenário político local, regional e nacional, ao mesmo tempo em que insere os acadêmicos em áreas específicas, abrindo possibilidades para novas especializações.

2.3. Objetivos do Curso

2.3.1. Objetivo Geral

O curso de especialização em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas visa a formar profissionais para atuarem em instituições públicas e privadas, entidades ligadas ao terceiro setor e movimentos sociais com conhecimentos sobre elementos que orientam a elaboração, gestão e análise das políticas públicas, considerando, para este fim, aspectos da realidade local.

2.3.2. Objetivos Específicos

O profissional especialista em Gestão e Planejamento de Políticas Públicas deverá ser capaz de:

- Diagnosticar a realidade econômica, política e socioambiental;
- Atuar na formulação e coordenação de projetos e planejamento de políticas públicas comprometidos com o desenvolvimento local;
- Elaborar e coordenar projetos para captação de recursos públicos e privados;
- Assessorar prefeituras, câmaras de vereadores, instituições de ensino e organizações não governamentais na gestão de projetos e políticas públicas;
- Ampliar o alcance de conhecimentos e instrumentos sobre a gestão que contribuam para a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade da Gestão Pública;
- Fornecer subsídios teóricos e práticos que promovam a qualificação de profissionais para atuar na gestão de órgãos públicos ou privados, voltados ao desenvolvimento local e regional;
- Proporcionar contribuições teóricas metodológicas para elevar o padrão técnico e científico dos profissionais ligados à gestão pública e ao desenvolvimento regional.

2.4. Perfil do Egresso

O egresso do curso de especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas deverá ser capaz de atuar como um agente transformador da gestão pública, promovendo cooperação entre os profissionais, bem como a melhoria e a inovação em processos de órgãos públicos. Espera-se que o aluno seja capaz de gerenciar adequadamente projetos, programas e políticas públicas, utilizando critérios de eficiência, eficácia e efetividade em diferentes cenários e contextos.

2.5. Fundamentação Legal:

- Resolução CNE/CES nº 01 de 08 de junho de 2007
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96)
- Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
- Resolução nº 035, de 22 de junho de 2015 Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
- Regulamento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE (quando aprovada pelo CONSUP)

3. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A concepção do curso está pautada na demanda por parte da Administração Pública em dispor de agentes alinhados com as competências de gestão contemporânea, bem como na complexidade dos novos arranjos organizacionais. Reconhecendo a dinamicidade das políticas públicas e da prestação de serviços públicos, este curso fundamenta-se numa metodologia alinhada ao panorama da gestão pública, buscando o desenvolvimento de métodos, técnicas e conhecimentos aplicados à atual configuração da mesma.

Visando oferecer aos discentes uma visão integral acerca das políticas públicas e seus métodos de gestão e planejamento, a organização curricular abrange uma vasta amplitude de aspectos e temáticas relacionadas às políticas públicas brasileiras, com ênfase nos aspectos políticos, sociais, econômicos e jurídicos. Nesse sentido, o corpo docente possui qualificação em distintas áreas do conhecimento, oportunizando aos alunos o desenvolvimento de pesquisas e a qualificação profissional para atuar nas mais diversas áreas relacionadas ao planejamento e gestão de políticas públicas

O curso será ministrado de forma presencial por meio de módulos. Os módulos serão ministrados no IFCE-*Campus* Canindé. Cada módulo será ministrado durante um conjunto de três semanas corridas, nos horários noturnos (18h às 22h) e quando necessário aos sábados (08h às 12h e 13h às 16h).

As aulas acontecerão de acordo com calendário letivo do campus, conforme regulamentação da reitoria. Ao final do curso, cada aluno deverá elaborar e defender publicamente o trabalho de conclusão, no formato monográfico ou de artigo científico, orientado por um professor integrante do quadro do curso. A formatação do trabalho de conclusão do curso seguirá as normas da ABNT.

A preparação e organização das aulas serão de responsabilidade dos professores designados pela coordenação para cada disciplina. Cada professor deverá entregar um plano de aulas no início de cada período letivo, elaborado a partir da ementa da disciplina, em formulário próprio, pautando as observações e alterações que acharem cabíveis e/ou necessárias.

Como metodologias de ensino são possíveis aulas expositivas dialogadas; seminários temáticos; trabalhos em grupo; pesquisas; dinâmica de grupo; elaboração de situações-problema; estudos de caso; estudo dirigido; visitas técnicas e aulas de campo; elaborações de projetos; produção de resenhas, artigos científicos e materiais didáticos; integração de conteúdos, entre outros. Os instrumentos de avaliação, que poderão ser utilizados no decorrer das disciplinas, são: estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, provas, seminários, estudos de caso, elaboração de *papers*, dentre outros.

Será considerado aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar frequência mínima de 75%, e média igual ou superior a 7,0 (sete), por exigência das normas da Instituição de Ensino Superior

Proponente. Aos alunos que obtiverem conceito inferior a 7,0 será ofertada uma recuperação, que ocorrerá em forma de Planos de Estudos.

Aos alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação) as 420 horas (quatrocentas e vinte horas) do curso, o processo de elaboração e defesa do trabalho de conclusão de curso, e forem aprovados em todo o processo, será concedido o certificado em nível Pós-graduação Lato sensu de Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Para os alunos que tenham concluído com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 360 (trezentos e sessenta) horas em disciplinas e que, em um prazo de 18 (dezoito) meses, não apresentarem publicamente o trabalho de conclusão de curso, poderão solicitar o certificado de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

3.1 Matriz Curricular

Componente Curricular – Semestre I	Carga Horária (h/a)
Formação da Sociedade Brasileira	20
Métodos e Técnicas de Pesquisa	20
Estado Contemporâneo e Políticas Públicas	20
Planejamento Estratégico Governamental	20
Avaliação, Planejamento e Gestão de Políticas Públicas	40
Políticas Públicas de Educação no Brasil	20
Gestão de Pessoas no Setor Público	20
Políticas Públicas de Turismo e Cultura	20
TOTAL	180
Componente Curricular – Semestre II	Carga Horária (h/a)
Políticas Públicas de Esporte e Lazer	20
Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda	20
Políticas Públicas, Meio Ambiente e Sustentabilidade	20
Políticas Públicas de Combate à Violência e Drogas	20
Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	20
Políticas Públicas de Saúde e Humanização	20
Políticas Sociais e Cidadania	20
Seminários de Monografia	20
Planejamento Urbano e Gestão de Cidades	20
TOTAL	180

Componente Curricular – Semestre III	Carga Horária (h/a)
Trabalho de Conclusão de Curso	60
TOTAL	60



4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1. Metodologia de Ensino

Os procedimentos metodológicos que embasam os fazeres docentes neste curso têm como objetivo provocar a participação dos discentes e a produção do conhecimento em debates que envolvam questões relacionadas à área ambiental, articulando teoria e prática no sentido de reproduzir e/ou problematizar situações cotidianas.

O desenvolvimento das ações educacionais do curso se dará através dos seguintes procedimentos metodológicos:

- Aulas expositivas e dialogadas com e sem recurso multimídia;
- Visitas técnicas e aulas de campo;
- Trabalho com situações-problema que envolvam os conteúdos dos componentes curriculares do curso;
- Estímulo à liberdade de expressão, criação e descoberta pelo estudante, através de debates, produção escrita e material didático em construção permanente;
- Leitura e discussão de artigos e textos relacionados às temáticas do curso;
- Ênfase no trabalho dos estudantes, voltado à produção de conhecimento;
- Trabalho em grupos, a fim de promover interação entre os estudantes, ensinando-lhes a ser, a conviver a fazer e a aprender com o outro;
- Visão sistêmica no estabelecimento de relações entre os componentes curriculares, para superar a fragmentação de saberes;
- Fomento à capacidade investigadora do estudante, incentivando-o à pesquisa;
- Articulação de conteúdos e didáticas a partir de referenciais particulares e utilização de variadas simbologias e linguagens.

Ao final do curso, cada estudante deverá elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso seguindo as diretrizes abordadas no item 4.2.3.

4.2. Sistema de Avaliação

4.2.1. Avaliação da Aprendizagem

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas deve ter como parâmetros os princípios do projeto político-pedagógico, a função social e os objetivos gerais e específicos do IFCE. A avaliação será processual e contínua, com a predominância de aspectos qualitativos sobre quantitativos e de resultados parciais sobre aqueles obtidos em provas finais, em conformidade com a LDB 9394/96. O processo de avaliação será orientado pelos objetivos definidos nos programas de unidade didática (PUDs) dos componentes curriculares do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas. As estratégias de avaliação da aprendizagem serão formuladas de tal modo que o discente seja estimulado à prática de pesquisa, reflexão, criatividade e autodesenvolvimento. Além disso, deve perseguir os objetivos deste curso. Será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso de maneira diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação do desempenho acadêmico será feita por componente curricular. O professor será estimulado a avaliar o estudante por intermédio de vários instrumentos que permitam aferir os conhecimentos dos discentes, entre eles trabalhos escritos, pesquisa de campo, relatório de atividades, provas escritas, debates, fóruns, portfólios, estudos dirigidos, análises textuais, temáticas e interpretativas, seminários, estudos de caso, elaboração de artigos científicos, dentre outros, que contribuam para o aprofundamento dos conhecimentos sobre planejamento, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas.

Será considerado aprovado em cada componente curricular, o estudante que apresentar frequência mínima de 75% e media igual ou maior que 7,0 (sete). De acordo com o Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE, a sistemática de avaliação se desenvolverá em pelo menos duas etapas. As notas de avaliações parciais e a media final de cada etapa terão apenas uma casa decimal.

4.2.2. Frequência

Será obrigatória a frequência do pós-graduando em, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades programadas para cada componente curricular. Desta forma, será considerado reprovado o estudante que, independentemente do rendimento que tiver alcançado, não atingir o percentual mínimo de frequência supracitado. A frequência do pós-graduando será registrada no Sistema Acadêmico.

4.2.3. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) compreende a realização de um estudo de pesquisa teórico ou teórico/empírico de caráter científico relacionado à área de conhecimento do curso, composto por um projeto no qual o estudante demonstrará a sua competência para desenvolver pesquisa, aplicar metodologia apropriada, identificar variáveis e correlaciona-las e, no final de um período

preestabelecido, elaborar e apresentar o texto de conclusão da pesquisa. Esse trabalho deve expressar os processos de ensino-aprendizagem realizados no curso, o desempenho pessoal do estudante e o envolvimento do professor-orientador no projeto de investigação do estudante. Será desenvolvido individualmente no decorrer do curso, permitindo-se o início dos trabalhos tão logo o aluno ingresse no curso, sendo reservado um período exclusivo para sua elaboração, nos seis meses subsequentes ao término das disciplinas.

Desde o início do curso haverá um grupo de professores-orientadores responsáveis pela orientação do TCC. Todos os professores lotados no Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas podem ser orientadores do TCC. O professor-orientador deverá ter seu nome homologado junto à Coordenação do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas como orientador dos respectivos estudantes.

O TCC será examinado por uma banca composta por três professores, sendo o orientador o presidente. Um dos examinadores pode ser docente externo ao programa ou à Instituição, desde que tenha formação na área ou notório conhecimento relacionado ao tema do TCC. Será considerado aprovado no TCC, o estudante que obtiver, após a apresentação oral à banca examinadora, a nota mínima de 7,0 (sete) pontos. Caso o estudante não obtenha a nota mínima de aprovação, o professor-orientador, conjuntamente com o estudante, discutirá novas estratégias de correções das observações realizadas pela banca, devendo o estudante proceder às correções e devolver o trabalho corrigido no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da apresentação, com a subsequente defesa.

O Trabalho de Conclusão deverá ser estruturado como monografia, possuindo entre 30 e 60 laudas, ou como artigo científico, possuindo entre 20 a 30 laudas. A confecção do TCC deverá obedecer às normas da ABNT, ou ainda às normas de periódico com *qualis* no qual já tenha sido publicado.

O estudante deverá encaminhar à Coordenação do Curso, 4 (quatro) exemplares com a versão final do TCC, juntamente com a solicitação de defesa, assinada por seu orientador, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias para a sua apresentação oral, que será realizada perante Banca Examinadora.

A defesa do TCC compreenderá duas partes:

- Apresentação oral do conteúdo do TCC, com tempo de exposição entre 15 e 25 minutos;
- Arguição do estudante pela Banca Examinadora, sendo reservado entre 15 e 30 minutos para cada examinador.

Cabe ao orientador solicitar à Coordenação do Curso a composição da Banca Examinadora, indicando os nomes dos membros da referida banca, a definição da data da apresentação oral do TCC, horário, local e sua divulgação.

Cada membro da Banca Examinadora expressará sua avaliação mediante atribuição de notas, com escala de 0 (zero) a 10 (dez), com as quais será feita a média aritmética. Será considerado APROVADO o estudante que obtiver media ≥ 7,0 (maior ou igual a sete).

O estudante que obtiver média inferior a 7,0 (sete) deverá fazer as correções necessárias em seu trabalho e, deverá submeter-se a uma nova apresentação oral no prazo máximo de 30 (trinta dias).

A apresentação oral do TCC e a entrega da versão definitiva do TCC são requisitos necessários para o estudante ser considerado APROVADO no componente curricular. A nota do componente curricular TCC só constará no histórico escolar após aprovação da banca examinadora e da entrega de uma cópia digital (em formato PDF) da versão definitiva do trabalho, com capa padronizada de acordo com as normas internas do curso.

4.3. Avaliação do Curso e dos Docentes

Para a melhoria contínua do Curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, serão programadas reuniões periódicas com a equipe docente visando o acompanhamento das ações, da aprendizagem e dos resultados alcançados mediante os objetivos propostos. Serão regidos registros de reuniões, atas, relatórios parciais, finais e índices de desempenho, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação do docente pela Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP) e o Setor de Assistência Estudantil do IFCE *campus* Canindé, através de questionários e rodas de conversa.

Além disso, serão elaborados, durante o desenvolvimento do curso, dois relatórios circunstanciados, um parcial (no final do primeiro ano) e um final, informando: as atividades realizadas durante o desenvolvimento do curso, as ações da coordenação do curso para o acompanhamento do mesmo, como o registro das reuniões com o colegiado e/ou gestão do campus; as dificuldades encontradas; os resultados alcançados mediante os objetivos propostos no PPC; o fluxo discente; os trabalhos de conclusões defendidos; produção discente e outras informações consideradas relevantes.

5. CERTIFICAÇÃO

Será fornecido Certificado de Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas aos discentes que obtiverem, em cada componente curricular, frequência mínima de 75%, conforme Resolução 02/96 do CFE, que trata da frequência mínima exigida. Também constitui requisito para a obtenção do certificado de especialista a obtenção de nota final mínima = 7,0 (Sete) em cada componente curricular, sendo oferecida a possibilidade de recuperação, na forma de plano de estudos, àqueles que obtiverem nota inferior à mínima. Além destes, a apresentação e aprovação de Trabalho de conclusão de

curso no formato de artigo científico ou de monografia, constitui também requisito para a obtenção de certificado de Especialista em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

Para os alunos que concluírem com aproveitamento (frequência e avaliação), no mínimo, 180 (cento e oitenta horas), ou, no máximo, 320 (trezentos e vinte) horas em disciplinas e em um prazo de 18 (dezoito) meses e não apresentarem publicamente o trabalho de conclusão de curso, poderá ser solicitado o certificado de Aperfeiçoamento em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas.

6. RECURSOS HUMANOS

6.1. Corpo Docente

Docente	Titulação	Regime de Trabalho	Vínculo
Abrahão Antônio Braga Sampaio	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Ana Cláudia Gouveia de Souza	Doutora	40 h / DE	IFCE/Canindé
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues	Doutora	40 h / DE	IFCE/Canindé
David Moreno Montenegro	Doutor	40 h / DE	IFCE/Canindé
Eline Alves Soares	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Eduardo Dalle Piagge Filho	Especialista	40h / DE	IFCE/Canindé
Emanoel Rodrigues Almeida	Doutor	40 h / DE	IFCE/Canindé
Francisca Helena de Oliveira Holanda	Doutora	40h / DE	IFCE/Canindé
Francisco Antônio Barbosa Vidal	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Francisco Ivan de Oliveira	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Ivo Luís Oliveira Silva	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
João Paulo Bandeira de Souza	Doutor	40 h / DE	IFCE/Canindé
Maria de Lourdes da Silva Neta	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Nara de Abreu Braga	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Nara Lídia Mendes Alencar	Doutora	40 h / DE	IFCE/Canindé
Odilon Monteiro da Silva Neto	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Samara Moura Barreto de Abreu	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé

Tiago Estevam Gonçalves	Doutor	40 h / DE	IFCE/Canindé
Valmir Arruda de Sousa Neto	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé
Wendell Guedes da Silva	Mestre	40 h / DE	IFCE/Canindé

6.2. Corpo Técnico-administrativo

Técnico-administrativo	Titulação	Cargo	Vínculo
		Auxiliar em	IFCE/Canindé
Ana Raquel Pereira Moura	Especialista	Administração	
Ana Virgínia de Sousa Rocha	Ensino médio	Assistente de Alunos	IFCE/Canindé
Andressa Souza Costa	Especialista	Jornalista	IFCE/Canindé
Antonio Guilherme da Silva Viana	Graduado	Tecnólogo em Gestão Financeira	IFCE/Canindé
Antônio Jonas Evangelista Ferreira	Especialista	Assistente em Administração	IFCE/Canindé
Armando Andrade Filho	Ensino médio	Assistente em Administração	IFCE/Canindé
Calmon dos Santos Moura	Graduado	Assistente em Administração	IFCE/Canindé
Carlos Alberto Castelo Elias Filho	Graduado	Técnico em Tecnologia da Informação	IFCE/Canindé
Cintia de Araújo Matias	Especialista	Assistente em Administração	IFCE/Canindé
Daniele Castro Aguiar Pimenta	Especialista	Odontóloga	IFCE/Canindé
Elisângela Alves do Nascimento	Técnica	Técnica em Enfermagem	IFCE/Canindé
Emanuel Bruno Carioca Silva	Técnico	Tradutor Intérprete de Linguagens de Sinais	IFCE/Canindé
Erivânia Maria Sousa Gomes	Graduada	Assistente em Administração	IFCE/Canindé
Eugênio Pacelli Gomes Santos	Graduado	Técnico em	IFCE/Canindé

		Audiovisual	
		Técnico em	IFCE/Canindé
Evangelista Agostinho dos Santos	Especialista	Laboratório/Química	
Geirla Jane Freitas da Silva	Mestre	Nutricionista	IFCE/Canindé
		Técnico em	IFCE/Canindé
		Tecnologia da	
João Paulo Braga Abreu	Técnico	Informação	
João Paulo da SIlva Cosmo	Espacialista	Bibliotecário/Docume ntalista	IFCE/Canindé
Joao Paulo da Silva Cosilio	Especialista	Iltalista	
		Assistente em	IFCE/Canindé
Jocélio Nelson Queiroz Barroz	Ensino médio	Administração	
		Assistente em	IFCE/Canindé
Joelma Kele Ferreira de Aquino	Graduada	Administração	
		Técnico em	IFCE/Canindé
José Felipe da Rocha Oliveira	Especialista	Contabilidade	
		Assistente em	IFCE/Canindé
José Nasareno Moreira Araújo	Especialista	Administração	
Karina Carneiro de Oliveira	Especialista	Auxiliar de Biblioteca	IFCE/Canindé
		Assistente em	IFCE/Canindé
Lineusa Maria Carneiro de Oliveira Cruz	Ensino médio	Administração	
Ludimila Façanha Lopes	Especialista	Assistente Social	IFCE/Canindé
		Assistente em	IFCE/Canindé
Manoel Bezerra de Barros Júnior	Graduado	Administração	
Maria Cristiane Santos da Silva Costa	Graduada	Auxiliar de Biblioteca	IFCE/Canindé
Maria de Jesus Silva da Nóbrega		Bibliotecário/Docume	IFCE/Canindé
Oliveira	Especialista	ntalista	
Maria Izabel Pereira	Especialista	Pedagogo	IFCE/Canindé
		Auxiliar em	IFCE/Canindé
		Assusntos	
Marisa Cristina de Sá Assis	Mestre	Educacionais	
		Assistente em	IFCE/Canindé
Mauro Cesar Joca Santos	Graduado	Administração	

Mayara Cely Paulo da Silva Medeiros	Especialista	Assistente Social	IFCE/Canindé
Nayara Sousa de Mesquita	Mestre	Enfermeira	IFCE/Canindé
Rafael Guimarães Gomes Silva	Graduado	Técncico em Laboratório/Biologia	IFCE/Canindé
Rayça Aparecida Cavalcante Sampaio	Graduada	Assistente de Alunos	IFCE/Canindé
Renato Araújo Matos	Ensino médio	Auxiliar em Administração	IFCE/Canindé
Rhayane da Silva Monteiro	Ensino médio	Técnica em Eventos	IFCE/Canindé

7. INFRAESTUTURA

7.1.Instalações Gerais e Salas de Aula

INFRAESTRUTURA FÍSICA		
Descrição	Quantidade	m ²
ÁREA DE OC	CUPAÇÃO	•
Área Principal + Anexo(s)	-	140.000
Área Agricultável	-	-
Área de Pasto	_	-
Área de Preservação Ambiental	_	-
Total	-	140.000
Área de Domínio Próprio	-	140.000
Área Locada	_	-
Área Urbana	_	-
Área Rural	-	140.000
Total	-	140.00
AMBIENTES I	DE ENSINO	•
Ambiente Rural	_	-
Biblioteca	1	170
Gabinete de Professor	3	139
Laboratório	9	506
Sala de Aula	8	430
Sala Especial	-	
Outros	_	
Total	21	1.245
AMBIENTES ES	SPORTIVOS	
Quadra	1	957,60
Campo de Futebol	_	-
Academia	_	-
Piscina	1	1.076,40

Pista de Atletismo	_	-
Outros	_	-
Total	2	2.034,00
AMBIENTES ADMI	NISTRATIVOS	· ·
Sala de Departamento	2	37,34
Almoxarifado	1	50,00
Gabinete de Diretor	1	16,00
Sala de Coordenação	5	105,60
Portaria e Recepção	3	78,00
Sala de Serviços Gerais	1	20,00
Outros	7	205,78
Total	20	512,72
AMBIENTES D	DE APOIO	· ·
Alojamento	4	120,00
Sala de Apoio aos Terceirizados	1	20,00
Área de Locação	_	_
Auditório	1	660,50
Banheiro Alunos	4	106,65
Banheiro Servidores	19	123,09
Banheiros p/ Deficientes Físicos	5	12,75
Bicicletário	1	_
Cantina p/ Merenda Escolar	1	162,00
Depósito	1	57,50
Enfermaria	_	_
Estacionamento	1	1.000,00
Gabinete Médico	1	18,67
Gabinete Odontológico	1	22,47
Garagem de Veículos Oficiais	_	_
Oficinas de Manutenção	1	20,00
Reprografia	_	_
Restaurante/Refeitório	_	_
Sala de Fisioterapia	_	_
Sala de Videoconferência	1	75,87
Outros	7	159,16
Total	49	2.558,66
AMBIENTE DE CONVI	VÊNCIA E LAZER	
Pátio	2	400,00
Sala de Descanso	_	38,04
Sala de TV	_	38,04
Salão de Jogos	_	_
Videoteca	_	_
Outros	_	_
Total	2	476,08
ACESSIBIL	IDADE	·
Banheiros Adequados à PNE	5	12,75
Elevadores Verticais	2	-
Estacionamento Exclusivo a PNE (vagas)	-	-
Rampas de Acesso	-	-
Salas Adequadas à PNE	-	-
Outros	_	-

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃ	O E COMUNICAÇÃO	
Computadores em Rede	Sim	-
Rede Telefônica	Sim	-
Internet	Sim	-
Provedor Comercial	Sim	-
RNP	Sim	-
Software de Gestão	Parcial	-
Software Acadêmico	Sim	-
Site Próprio	Sim	-
Intranet	Parcial	-
Sistema de Som	Sim	-
SEGURANÇA	1	
Catracas Eletrônicas	Não	-
Camêras de Vigilância	Não	-
Cerca Elétrica no Perímetro Externo	Parcial	-
Hidrante de Recalque (externo)	Não	-
Rede de Hidrantes Internos	Sim	-
Extintores Portáteis	Sim	-
Detectores de Temperatura e Fumaça	Não	-
SEGURANÇA CORPORATIVA E G	GESTÃO AMBIENTAL	
Brigada contra Incêndio	Não	-
CIPA (NR 05)	Não	-
Comissão de Gestão de Resíduos	Sim	-
ENERGIA ELÉTI	RICA	
Consumo Médio (Kwh)	22793	ı
Subestação Elétrica	Sim	-
Tipo de Subestação Elétrica	Ao tempo	-
Potência Instalada da Subestação (Kw)	95	-
Potência Utilizada da Subestação (Kw)	92	-
ÁGUA E ESGO	ТО	
Consumo Médio (M3)	480	-
Origem do Abastecimento	Poço profundo	-
Estação de Tratamento (ETA)	Não	-
Pontos de Bebedouros	4	-
Destino do Esgoto	Fossa Séptica	-
Bacias Sanitárias	52	-
RESÍDUOS SÓLI	DOS	
Estimativa Mensal (em T)	0,80	-
Tipo de Coleta	Pública	-
Coleta Seletiva	Sim	-
TRANSPORT	E	
Microônibus	1	-
Motocicletas	_	-
Ônibus	1	-
Trator	_	-
Carga (acima de 3,5t)	_	-
Carga (até 3,5t)	1	-
Passeio	2	-
Transporte de Pessoas (Tipo VAN)	2	-
Total	7	-

OUTRAS INFORMAÇÕES		
Total de Computadores	180	-
Total de Ramais	33	ı
Catracas Eletrônicas	_	-
Câmeras de Vigilância	_	-
Hidrantes de Recalque	_	-
Hidrantes Internos	11	-
Extintores Portáteis	30	-
Detectores de Temperatura	_	-

7.2.Laboratórios

- LABORATÓRIO MULTIDISCIPLINAR EM SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	MODELO ANATÔMICO DE COLUNA VERTEBRAL FLEXÍVEL PARA FINS DIDÁTICOS, MEDIDAS: 95x20x20 CM,	01
02	MODELO ANATÔMICO DE CORAÇÃO AMPLIADO 4 PARTES, PARA FINS DIDÁTICOS	01
03	MODELO ANATÔMICO DE ESQUELETO COMPLETO DESARTICULADO, PARA FINS DIDÁTICOS	01
04	MODELO ANATÔMICO DE PERNA MUSCULADA, PARA FINS DIDÁTICOS	01
05	MODELO ANATÔMICO DE BRAÇO MUSCULADO, PARA FINS DIDÁTICOS	01
06	MODELO ANATÔMICO MUSCULADO DE CABEÇA E PESCOÇO, PARA FINS DIDÁTICOS	01
07	MODELO ANATÔMICO FIGURA MUSCULAR DE 30 PARTES, PARA FINS DIDÁTICOS	01
08	MODELO ANATÔMICO TORSO MUSCULAR DE TAMANHO NATURAL EM 27 PARTES, PARA FINS DIDÁTICOS	01
09	MODELO ANATÔMICO FIGURA MUSCULAR MASCULINA EM TAMANHO NATURAL, 37 PARTES, PARA FINS DIDÁTICOS	01
10	MODELO ANATÔMICO - MODELO DE PELE, 70x TAMANHO NATURAL, PARA FINS DIDÁTICOS	01
11	MODELO ANATÔMICO - MODELO DE PÉLVIS FEMININA, PARA FINS DIDÁTICOS	01
12	MODELO ANATÔMICO - MODELO DE PÉLVIS MASCULINA, PARA FINS DIDÁTICOS	01
13	MODELO ANATÔMICO - MODELO DE PULMÃO (SISTEMA RESPIRATÓRIO) EM 7 PARTES, PARA FINS DIDÁTICOS,	01
14	MODELO ANATÔMICO - MODELO SEGMENTADO DO SISTEMA DIGESTÓRIO, PARA FINS DIDÁTICOS	01
15	MODELO ANATÔMICO DE CEREBELO, PARA FINS DIDÁTICOS	01
16	MODELO ANATÔMICO DA MEDULA ESPINHAL, PARA FINS DIDÁTICOS	01
17	MODELO ANATÔMICO DO RIM COM GLÂNDULA ADRENAL, PARA FINS DIDÁTICOS	01
18	MODELO ANATÔMICO - TORSO CLÁSSICO ABERTO EM 18	01

	PARTES, PARA FINS DIDÁTICOS	
19	MANEQUIM INFANTIL AVANÇADO CORPO INTEIRO,	01
	ANATÔMICO, PARA PRIMEIROS SOCORROS	
	(RESSUSCITAÇÃO)	
20	MANEQUIM INFANTIL BEBÊ CORPO INTEIRO,	01
	ANATÔMICO, PARA PRIMEIROS SOCORROS	
	(RESSUSCITAÇÃO)	
21	MANEQUIM ADULTO CORPO INTEIRO, ANATÔMICO,	01
	FEMININO, PARA PRIMEIROS SOCORROS	
	(RESSUSCITAÇÃO)	
22	ESTUFA PARA ESTERILIZAÇÃO E SECAGEM DE MATERIAL	01
23	BALANÇA DIGITAL ANALÍTICA	01
24	COMPUTADOR INTERATIVO E SOLUÇÃO DE LOUSA	01
	DIGITAL	

- LABORATÓRIO DE QUÍMICA

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	COMPRESSOR DE AR COM CILINDRO A PISTÃO,	02
02	CONDUTIVÍMETRO DE BANCADA COMPLETO DE 220V.	02
03	APARELHO DE OSMOSE REVERSA	01
04	BLOCO DIGESTOR PARA AMOSTRAS DE NITROGÊNIO,	02
06	ESTUFA PARA CULTURA E BACTERIOLOGIA	01
07	AGITADOR MECÂNICO 1/2 HP DE ALTO TORQUE	02
08	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO SEMI-ANALÍTICA,	01
09	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO ANALÍTICA	01
10	AGITADOR DE TUBOS TIPO VORTEX	01
11	DESTILADOR DE ÁGUA DE 5 LITROS	01
12	BALANÇA PARA DETERMINAÇÃO DE	01
13	BARRILETE EM PVC PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA	02
	PURUFICADA OU ESTOCAGEM DE REAGENTES	
14	MOINHO DE FACES TIPO WILLE	01
16	EXAUSTOR PARA CAPELA COM MOTOR 1/6HP	03
17	MANTA AQUECEDORA DE 250 ML	08
18	CHUVEIRO COM LAVA OLHOS EMBUTIDO	01
19	SUPORTE PARA CONE DE INHOFF	03
20	SUPORTE UNIVERSAL	07
21	BOMBA DE VÁCUO SEM ÓLEO	02
22	BOMBA DE VÁCUO TIPO HIDRO	01

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA I

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	MICROCOMPUTADOR DESKTOP 6005	24
02	MONITOR LCD 19 POLEGADAS, WIDE SCREEN	20
03	COMPUTADOR INTERATIVO E SOLUÇÃO DE LOUSA DIGITAL,	01

04	PROJETOR MULTIMÍDIA 4300 ANSILUMENS	01

- LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA II

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	MICROCOMPUTADOR DESKTOP ITAUTEC INFOWAY	18
02	MONITOR DE VIDEO LCD 19 POLEGADAS	18
03	PROJETOR MULTIMÍDIA 4300 ANSILUMENS	01

- LABORATÓRIO DE TELECOMUNICAÇÕES

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	COMPUTADOR INTERATIVO E SOLUÇÃO DE LOUSA DIGITAL	01
02	Microcomputador, Dell optilex, mouse sem fio MS 111	09
03	Monitor Dell P2213T de 22 polegadas	09
04	Multímetro digital de bancada	05
05	Osciloscópio digital com analisador de espectro integrado	11
06	Analisador de frequência (frequencímetro)	11
07	Fonte de alimentação simétrica para laboratório	11
08	Gerador de sinais arbitrários	11

- LABORATÓRIO DE REDES

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	MONITOR DE VIDEO LCD 19 POLEGADAS	01
02	COMPUTADOR DO TIPO SERVIDOR	01
03	ALICATE CRIMPAGEM COM CATRACA 4X4 -6X6 -8X8	07
04	ALICATE DE INSERÇAO PUNCH-DOWN	03
05	Microcomputador, Dell optilex, mouse sem fio	17
06	Monitor Dell P2213T de 22 polegadas	17
07	COMPUTADOR INTERATIVO E SOLUÇÃO DE LOUSA DIGITAL,	01

- LABORATÓRIO MULTIUSO DO EIXO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	IMPRESSORA LASER	01
02	Notebook Lenovo ThinkPad T410, Core I5 M520	03

- LABORATÓRIO DE BIOLOGIA

ITEM	EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
01	APARELHO MEDIDOR DE PH DE BANCADA, DIGITAL	01
02	APARELHO PARA DETERMINAÇÃO DE CLEVENGER COMPLETO	01
03	DESTILADOR DE NITROGÊNIO TE-0363	01
04	ELETRODO FLUORETO COMBINADO BNC HACH	01
05	MANTA AQUECEDORA PARA BALÃO 250ML	01
06	ESTUFA PARA CULTURA E BACTERIOLOGIA	01
07	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO SEMI-ANALÍTICA	03
08	BALANÇA ELETRÔNICA DE PRECISÃO ANALÍTICA	01
09	BALANÇA ELETRÔNICA COM RESOLUÇÃO DE 01,KG ATE 100 KG	02
10	BARRILETE EM PVC PARA ARMAZENAMENTO DE ÁGUA PURIFICADA OU ESTOCAGEM DE REAGENTES	04
11	CHUVEIRO COM LAVA OLHOS EMBUTIDO	01
12	SUPORTE UNIVERSAL COM BASE METÁLICA E HASTE METÁLICA	03
13	CENTRÍFUGA ELÉTRICA CLÍNICA	02

7.3.Biblioteca

A biblioteca do IFCE *Campus* Canindé funciona nos horários que atende as necessidades dos alunos. O setor dispõe de 02 bibliotecários e 02 auxiliares de biblioteca. Aos usuários vinculados ao IFCE *Campus* Canindé cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo domiciliar de livros. Não é concedido o empréstimo domiciliar de obras de referência, periódicos, publicações indicadas para reserva e outras publicações conforme recomendação do setor. As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca.

A biblioteca é climatizada e dispõe de um espaço acessível com 2 mesas e 21 assentos para estudos em grupo, e 10 cabines com cadeiras para estudo individual. Há ainda 05 computadores com acesso à Internet, para os estudantes consultarem gratuitamente milhares de livros virtuais disponíveis na Biblioteca Virtual Universitária – BVU – primeira biblioteca on-line com títulos universitários brasileiros em português.

Esse é um espaço onde a comunidade acadêmica pode realizar pesquisa em diversas áreas do conhecimento como administração, economia, educação, ensino, saúde, informática, marketing, turismo, computação, gestão, etc,.

7.3.1. Acervo

A biblioteca conta com um acervo total de 1911 títulos, incluindo-se acervo adquirido especificamente para a especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas. É interesse da Instituição ampliar esse acervo de acordo com as necessidades e prioridades estabelecidas pelo corpo docente.

8. APOIO AO ENSINO

O Campus dispõe de um Departamento de Ensino, formado por uma Direção de ensino que, juntamente com a Coordenadoria Técnico-pedagógica, é responsável pelo planejamento, acompanhamento e avaliação de ações ou intervenções pedagógicas que favoreçam o alcance de resultados satisfatórios no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem. A Coordenadoria de Controle Acadêmico, responsável por todo o acompanhamento da vida escolar do estudante no Sistema Acadêmico (matrícula, frequência, rendimento escolar, trancamento, conclusão de curso, etc.), trabalha junto à Direção de Ensino, auxiliando-a no alcance de seus objetivos. Dessa forma, atuam em conjunto, coordenado as atividades de ensino do campus, o Diretor de Ensino, a Coordenadora Técnico-pedagógica, uma Técnica em Assuntos Educacionais, e dois Assistentes Administrativos, sendo um o coordenador de Controle Acadêmico.

A Instituição também conta com um Setor de Assistência Estudantil composto por duas Assistentes Sociais, duas Assistentes de Aluno, uma Enfermeira, uma Técnica de Enfermagem e uma Odontóloga . A Assistência Estudantil é um direito que se baseia no inciso I dos princípios básicos do ensino trazido no Art. 206 da Constituição Federal de 1988: "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola".

As atividades da Assistência Estudantil são desenvolvidas através de dois eixos norteadores que são:

- I. Serviços, como por exemplo, a merenda escolar, campanhas educativas, oficinas e palestras sobre diversos temas transversais, atividades de grupo e atendimentos individuais;
- II. "Auxílios" que se destinam ao atendimento prioritário ao discente em situação de vulnerabilidade social. Os quais são citados a seguir: Auxílio-moradia, Auxílio-transporte, Auxílio-discentes mães/pais, Auxílio-óculos/lentes, Auxílio-formação, Auxílio didático-pedagógico, Auxílio-acadêmico, Auxílio visita e viagem técnica, Auxilio pré-embarque internacional e Auxílio de apoio ao Desporto e à Cultura.

Com relação à assistência à saúde dos discentes, o campus dispõe de um ambulatório de enfermagem que faz atendimentos agendados e campanhas de promoção da saúde, além de pequenos atendimentos emergenciais.

Com o desenvolvimento dessas ações, busca-se contribuir para a redução da evasão e para a melhoria do desenvolvimento acadêmico e biopsicossocial do discente ampliando as condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos discentes, visando minimizar os efeitos das desigualdades sociais. Com esse suporte se busca ter as condições ideais para que os discentes concluam sua formação acadêmica no tempo regular.

O IFCE campus Canindé também dispõe do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais – NAPNE. Este é o setor que busca criar na instituição a cultura da "educação para a convivência", a aceitação da diversidade e, principalmente, a quebra das barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. O NAPNE, atualmente, é composto por 11 membros. Em sua composição há representantes dos segmentos docente, discente e técnico administrativo.

Todas essas ações desenvolvidas de maneira planejada e articulada com a equipe Técnicopedagógica permitem aos discentes uma maior oportunidade de participação no mundo acadêmico e fomenta a inclusão social pela educação.

9. INDICADORES DE DESEMPENHO

Número de cursistas formados:	35 (trinta e cinco)
Índice máximo de evasão admitido	25% (vinte e cinco por cento)
Produção científica	Produção mínima de um artigo por professor/ano.
	Os alunos deverão elaborar um TCC e apresentá-lo a
	uma banca examinadora.
Média mínima de desempenho dos alunos	7,0 (sete)
Número mínimo de alunos para manutenção da turma	75% do número total de alunos que iniciaram o curso
Número máximo de alunos por turma	35 (trinta e cinco)
Grau de aceitação de alunos ao curso	Conforme item 4.3 (Avaliação do curso e dos
	docentes)

10. PLANOS DE UNIDADES DIDÁTICAS (PUDS)

DISCIPLINA: FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Código

Carga Horária: 20 horas Teórica: 20h

Número de Créditos: 01 Código pré-requisito:

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Esta disciplina pretende enfocar o modo pelo qual diferentes autores e suas obras, considerados marcos fundamentais do pensamento (literário, histórico, político e econômico) brasileiro, construíram paradigmas explicativos de diferentes aspectos da realidade histórico-social brasileira, entre os quais destacamos: o latifúndio, a escravidão, a força de trabalho livre, a industrialização, a urbanização, as relações inter-étnicas, a organização político partidária, o Estado.

OBJETIVOS

GERAL

 Propiciar aos estudantes o contato inicial com os temas fundamentais do pensamento social brasileiro, destacando autores e obras que auxiliem na compreensão do processo de constituição de nossa sociedade.

ESPECÍFICOS

- Compreender o contexto sociohistórico, bem como as ideias fundamentais que influenciaram os esforços de vários intelectuais na explicação/construção da ideia de Brasil;
- Fomentar debate crítico sobre as diferentes formas de organização e divisão social, os impactos da escravidão, as desigualdades sociais, a formação do Estado e as dinâmicas do mundo do trabalho no Brasil;
- Apresentar um panorama dos temas geradores e autores fundamentais que se ocupam de questões ligadas à formação da sociedade brasileira;
- Debater sobre as problemáticas do Brasil contemporâneo a partir dos vários olhares trabalhados na disciplina

PROGRAMA

I – Do ensaísmo da década de 1930 às grandes interpretações do Brasil

- 1. Discutindo temas do Pensamento social brasileiro
- 2. Interpretações clássicas da sociedade brasileira:
 - Gilberto Freyre

- Sergio Buarque de Holanda
- Caio Prado Jr.
- Raymundo Faoro
- Florestan Fernandes

II – Temas contemporâneos sobre a sociedade brasileira

- 1. O processo de redemocratização e a "Constituição Cidadã" de 1988
- 2. A década de 1990 e a "desertificação neoliberal" no Brasil
- 3. O "Lulismo", pacto conservador e "reformismo fraco"
- 4. O "Pemedebismo" e o "golpe parlamentar" de 2016

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas; proposição de debates sobre os temas abordados a partir de contextos práticos oriundos de situações cotidianas vivenciadas pelos estudantes; proposição de debates e seminários para estimular o potencial expositivo e argumentativo dos estudantes; utilização de textos de livros, revistas, jornais e da internet para relacionar os conteúdos com acontecimentos do Brasil e do mundo; utilização de músicas e textos literários que se articulem com os temas porpostos em sala.

AVALIAÇÃO

- Realização de estudo dirigido para articulação do conteúdo abordado com atribuição de pontos de participação.
- Avaliação dos seminários e debates apresentados pelos estudantes.
- Avaliação qualitativa permanente da participação dos estudantes em sala de aula e nas atividades propostas.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAORO, Raymundo. A Democracia Traída: entrevistas. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. São Paulo: Globo, 2006.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. São Paulo: Global Editora Editora, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

PRADO Jr., Caio. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRANNCHES, Sérgio. *A Era do Imprevisto: a grande transição do século XXI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BRAGA, Ruy. A Rebeldia do Precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARINGONI, Gilberto; MEDEIROS, Juliano (Orgs.). *Cinco Mil Dias: o Brasil na era do Lulismo*. São Paulo: Boitempo, 2017.

NOBRE, MARCOS. Imobilismo em movimento: Da redemocratização ao governo. Dilma / Marcos

Nobre. — 1a ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A Democracia Impedida: o Brasil no século XXI. Rio do Janeiro: FGV Editora, 2017.

SINGER, ANDRÉ. Os Sentidos do Lulismo. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SINGER, ANDRÉ. Loureiro, Isabel (org.). *As Contradições do Lulismo: a que Ponto Chegamos?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

SOUZA, JESSE. A Radiografia do Golpe. Entenda como e por que você foi enganado. São Paulo: Editora Casa da Palvra-Leya, 2016.

SOUZA, JESSE. A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Editora Casa da Palvra-Leya, 2017.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

Carga Horária: 20h Teórica: 16 h; Prática: 4h

Número de Créditos: 01

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Fundamentos epistemológicos da interdisciplinaridade e da transdiciplinaridade. Pensamento complexo, disciplinarização e pluralismo metodológico. Métodos e Metodologias Científicas Quantitativas e Qualitativas: características; estratégias e fundamentos. Processos do método científico: observação, problema, hipótese e verificação científicas; análise e síntese. Pesquisa Científica: conceitos, características, e tipos e metodologias. Procedimentos metodológicos da pesquisa interdisciplinar em Políticas Públicas. A pesquisa qualitativa em investigações nas Ciências Humanas e sociais: princípios epistemológicos e teórico-conceituais. Linguagens, narrativas e a produção do conhecimento científico na contemporaneidade. Identificação e seleção de problemas de pesquisa. Processos e técnicas de elaboração do trabalho científico. As múltiplas definições de campo de pesquisa e a pesquisa de campo nas Humanidades e Políticas Públicas. História oral, história de vida, etnografias, fenomenologia, antropologia das imagens, estudos de trajetórias nas Humanidades.

OBJETIVOS

- Refletir sobre a interdisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a complexidade do
 conhecimento e da investigação científica com vistas a favorecer tanto a elaboração e
 desenvolvimento de projetos e pesquisas, quanto a redação de monografias, dissertações e
 teses.
- Favorecer um entendimento dos fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos da abordagem qualitativa de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais, para examinar abordagens em pesquisa qualitativa: etnografias, fenomenologia cultural, fotografia e vídeo etnográfico.
- Introduzir o debate da atividade científica e dos conceitos que fundamentam a pesquisa nas diversas ciências, identificando as diversas formas de conhecimento e questionando os elementos fundamentais desse processo.
- Conhecer os momentos e os elementos que compõem o processo de investigação vivenciando-os na escolha do tema, na construção das hipóteses, na construção do objeto, formulação dos objetivos e escolha do referencial teórico como indicações orientadoras do processo de investigação.
- Identificar os elementos que compõem a metodologia da pesquisa bem como a escolha do instrumental adequado; para compreender a organização, sistematização, análise e intepretação dos dados da pesquisa e da literatura utilizada.

PROGRAMA

1 – Ciência e cientificidade

- 1.1 As formas de conhecimento: o senso comum, a tradição, o mito, a filosofia e a ciência moderna;
- 1.2 O contexto do nascimento da ciência moderna;
- 1.3 Ciência e sociedade e ciência diversidades culturais;
- 1.4 Ciência e Ideologia.

2 – Abordagens metodológicas da pesquisa nas ciências humanas e sócias na modernidade:

- 2.1 O conhecimento humano na visão cosmológica, teocêntrica, antropocêntrica e historiocêntrica;
- 2.2 O método em Bacon, Descarte, Galileu e Newton;
- 2.3 Kant e os desafios da modernidade.

3 – A visão contemporânea de ciência e método nas ciências

- 3.1 O positivismo de Durkheim, a sociologia compreensiva de Weber e a Dialética de Marx;
- 3.2 Popper e a crítica ao indutivismo
- 3.3 As vertentes da Representação Social.

4 – A incerteza e a ruptura com o cientificismo

- 4.1 O ponto de mutação.
- 4.2 Bachelard, Kuhn e Morin

5 – Características Básicas dos métodos qualitativos e quantitativos

6 – Elementos do projeto de investigação:

- 6.1 Como encaminhar uma pesquisa;
- 6.2 Como classificar a pesquisa com base nos seus objetivos;
- 6.3 Como esquematizar uma pesquisa;
- 6.4 Como calcular o tempo e o custo de um projeto.

7 – Estratégia metodológica e técnica de pesquisa

- 7.1 Pesquisa Bibliográfica;
- 7.2 Pesquisa Documental;
- 7.3 Pesquisa Experimental;
- 7.4 Levantamentos;
- 7.5 Construção de perfis;
- 7.6 Estudo de caso;
- 7.7 Pesquisa ação e pesquisa participante

8 – Instrumentos e técnicas de pesquisa:

- 8.1 Etnografias
- 8.2 Questionários:
- 8.3 Entrevistas:
- 8.4 História de vida;
- 8.5 Observação.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas, estudo de textos, vídeos, músicas, obras de arte, Estudos dirigidos, Tempestade de Ideias, Seminários, Estudo de Caso, Oficinas, ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco as relações entre o saber e o saber-fazer e a construção cooperativa do conhecimento.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

- Realização de estudo dirigido para articulação do conteúdo abordado com atribuição de pontos de participação.
- Avaliação dos seminários e debates apresentados pelos estudantes.
- Avaliação qualitativa permanente da participação dos estudantes em sala de aula e nas atividades propostas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERY, Maria Amália Pie Abib... et. al. **Para compreender a ciência**: uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

ALMEIDA, M. da Conceição de. **Complexidade, saberes científicos e saberes da tradição**. São Paulo: Livraria Editora da Física, 2010.

CHIZZOTTI, Antonio Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis, RJ: Vozes,2006. DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas 1995.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. São Paulo: Perspectiva, 1995.

GONÇALVES-MAIA, Raquel. **Ciência, Pós-Ciência, Metaciência**: tradição, inovação e renovação. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

GUARESCHI, Pedrinho. Textos em representações sociais. Rio de Janeiro: Vozes 1995.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. 9a. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, E. M e MARCONI, M. A. Técnicas de pesquisas. São Paulo: Atlas, 1990. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Métodos Científicos. In: . Técnicas de Pesquisa, 3, ed. São Paulo: Atlas, 2000, p. 83-115. MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002. MOREIRA, Daniel A. O método fenomenológico na pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002. MINAYO, M. Cecília S. O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1996. ----- (org.) Pesquisa Social – teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas, SP: Papirus, 2005. POUPART, Jean et. al. 2ª ed. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2010. REY, Fernando Gonzalez. Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processo de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson, 2005. RIBEIRO, J. da S. Antropologia Visual. Da Minúcia do Olhar ao Olhar Distanciado. Porto: edições Afrontamento, 2004 Vasconcelos, Eduardo Mourão Complexidade e pesquisa interdisciplinar : epistemologia e metodologia operativa / Eduardo Vasconcelos. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR BACHELARD, Gaston. A poética do devaneio. São Paulo: Martins Fontes, 2009. BACON, Francis. Novum Organum. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979, p.1-231 (Coleção Os pensadores, Victor Civita). CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. São Paulo: Cultrix, 1982. DESCARTE, R. Discurso do método. 3ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores). DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1975. FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1981. JAPIASSU, Hilton. O mito da Neutralidade científica. Rio de Janeiro: Imago, 1975. KUHN, Thomas S. A estruturação das revoluções científicas. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 1978. LUKÁCS, G. História e consciência de classe. Porto: Escorpião, 1974 [edição brasileira: São Paulo: Martins Fontes, 2003. Ontologia do ser social. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. MALINOWSK, B. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978. MARX, Karl. O 18 brumário e cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969. _. Para a crítica da economia política. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas 22 fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os economistas.) _____. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844. Lisboa: Avante!, 1994. ______. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2005. . A Ideologia Alemã: seguido das teses sobre Feuerbach, São Paulo: Centauro, 2002. MÉSZÁROS, I. Filosofia, ideologia e ciência social. São Paulo: Ensaio, 1993. . Estrutura social e formas de consciência. São Paulo: Boitempo, 2009. MORIN, Edgar. O Método. Vols. 1-6 Porto Alegre: Sulina, 2008 POPPER, Karl Rudolf. A lógica da pesquisa científica. São Paulo: Cultrix – EDUSP, 1975. PRIGOGINE, Ilya. Ciência, razão e paixão (orgs. E. de Assis Carvalho e M. da Conceição de Almeida). São Paulo: Editora Livraria da Física, 2009. POPPER, K. A lógica da investigação científica. São Paulo: Nova Cultural, 1980. SANTOS, B. S. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989. . A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 7. Ed. - São Pauto : Cortez, 2009. WEBER, M. Metodologia das ciências sociais. São Paulo: Cortez, 1992. v. 1-2. . Economia e sociedade. Brasília: Editora da UnB, 2000. v. 1-2.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: ESTADO CONTEMPORÂNEO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 20h Teórica: 20h

Número de Créditos: 01

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Da formação do Estado, ao quadro atual do Estado Contemporâneo Brasileiro; A natureza das políticas públicas; Sociedade brasileira e as demandas por políticas públicas; A construção das diferentes políticas públicas no Brasil e as demandas do tempo presente.

OBJETIVOS

- *Objetivo geral: Compreender o sentido da formação do Estado e a construção das políticas públicas.
- *Objetivos específicos:
- Conhecer os conceitos que compõem o universo das Políticas Públicas;
- Identificar as fases do Ciclo das Políticas Públicas.
- Avaliar o quadro atual das Políticas Públicas no Brasil.

PROGRAMA

- 1.0 A formação do Estado e a construção das Políticas Públicas.
- 2.0 A realidade brasileira: O público e o privado na gestão pública.
- 3.0 A sociedade brasileira e as demandas por Políticas Públicas.
- 4.0 Panorama atual das Políticas Públicas no Brasil.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extra-classe;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;

AVALIAÇÃO

A avaliação será contemplada mediante a realização de atividades dirigidas em grupo e

individualmente.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, Ricardo Corrêa. O público e o privado na gestão pública. 2ªed. Florianópolis: UFSC, 2012. RUA, Maria das Graças. Políticas Públicas. 2ªed. Florianópolis: UFSC, 2012.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma revisão de literatura. Porto Alegre: Sociologias 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

_____. O caráter nacional e as origens do povo brasileiro (*O Globo*, Rio, 1876). In:

BEZERRA DE MENEZES, Eduardo Diatahy. Formação do Povo Brasileiro e da Nação, seu Agonístico Caráter Nacional. 2009.

DALE, Roger. A sociologia da Educação e o Estado após a Globalização. Educ.Soc., Campinas, V.31, n.113, p.1099-1120, out-dez 2010.

DAMATTA, Roberto. A casa e rua. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GATTI, Bernadete A.(ett all). Políticas docentes no Brasil. Um estado da arte. Brasília: Unesco, 2011.

GOMES, Ângela de Castro. A invenção do trabalhismo. FGV:Rio de Janeiro, 2005.

HOLANDA, Sérgio B. de. Raízes do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996

FAORO, Raimundo. Os donos do poder. São Paulo: Globo, 1998.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala. 56 ed. São Paulo: Global, 2006

LIMA BARRETO, A.H. Os Bruzundangas. Ática: São Paulo, 1996.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Esaú e Jacó. São Paulo: Ática, 1996.

MAINARDES, J., ALFERES, M.A. Sociologia das Políticas Educacionais. Contribuições de Roger Dale. Atos de Pesquisa em Educação-PPGE/ME. V.9,n.2,p.392-416, mai./ago.2014.

SOUSA LEMOS, José de J. Mapa da Exclusão social no Brasil. Radiografia de um país assimetricamente pobre. 3ª ed. Fortaleza: BNB, 2012.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO GOVERNAMENTAL

Carga Horária: 20 horas Teórica: 16h; Prática 4h

Número de Créditos: 01

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização político-

administrativas no Brasil: Histórico do Planejamento no Brasil. Conceitos e tipos de planejamento. O Planejamento Estratégico Contemporâneo. Planejamento Integrado, Planejamento Social, Sustentabilidade, Níveis do Planejamento, Empoderamento, Instâncias de Governança, Planejamento estratégico público como ferramenta de implementação de políticas públicas. Os desafios e os atributos do planejamento governamental de longo prazo. Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil, Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

OBJETIVOS

Levar o aluno a analisar o planejamento estratégico como uma ferramenta associada à gestão para o enfrentamento de problemas públicos complexos e alcance de objetivos estabelecidos pela agenda governamental.

Compreender como o Modelo de Excelência da Gestão Estratégico é construído, bem como a sua finalidade.

Discutir e compreender os desafios do planejamento governamental no século XXI;

Compreender e facilitar as articulações entre planejamento e gestão;

PROGRAMA

UNIDADE 1 – Conteúdos Introdutórios ao Planejamento Estratégico Governamental

Breve Histórico do Planejamento

Conceitos e tipos de planejamento.

Planejamento Estratégico Contemporâneo. Planejamento Integrado, Planejamento Social, Sustentabilidade,

Níveis do Planejamento, Empoderamento, Instâncias de Governança,

Democratização Política e o "Estado Necessário"

Políticas Públicas e Políticas Sociais

O Gestor Público e o Administrador de Empresas

Administração de Empresas, Administração Geral e Administração Pública.

UNIDADE 2 – O Planejamento Estratégico Governamental como Convergência e Enfoque Ciência Política e a Supervalorização do Político

Enfoques da Análise de Política e o Planejamento Estratégico Situacional como Fundamentos do Planejamento Estratégico Governamental

Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF

UNIDADE 3 – Metodologia de Diagnóstico de Situações

Agir Estratégico

Conceito de Ator Social

Características do Jogo Social

A Análise de Governabilidade

A Situação-Problema como Objeto do Planejamento Estratégico Governamental.

METODOLOGIA DE ENSINO

Atividades na sala de aula:

Aulas expositivas dialogadas;

Trabalhos em grupo: discussão de textos em grupos pequenos e grandes, dramatização, exposição de exemplos.

Atividades extraclasses:

Leituras, fichamentos de texto, questionários, pesquisas e elaboração de textos.

AVALIAÇÃO

Avaliações escritas individuais e realizados seminários em grupo ou individuais. Atividades em sala de aula — leitura e discussão de textos e artigos. A participação do aluno será mensurada durante o curso, englobando sua manifestação nos debates, nos seminários e na discussão dos textos e artigos indicados para leitura, além de sua participação em outras atividades de pesquisa.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado nos anos 90 lógica e mecanismos de controle. Lua Nova Revista de Cultura e Política, n. 45, 1998 49-95. Desarrollo Económico, 38(150) jul. 1998.

_____. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. Rev. Sociol. Polit., jun. 2007, n. 28, p. 9-30.

DAGNINO, Renato et al. Gestão Estratégica da Inovação: metodologias para análise e implementação. Taubaté: Editora Cabral Universitária, 2002. p. 350.

DINIZ, Paulo. Responsabilidade Social Empresarial e Sociedade Política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia. Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

DRUCKER, Ferdinand. A Profissão de Administrador. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 1998.

MATUS, Carlos. Política, Planejamento e Governo. Brasília: IPEA, 1993.

_____. Guia de Análise Teórica. Seminário Governo e Planejamento. Brasília: Min. Trabalho, 1994.

_____. Adeus, senhor presidente: governantes governados. São Paulo: Fundap, 1996. _____. Estratégias Políticas. São Paulo: FUNDAP, 1996.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução a administração. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992

OFFE, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

CARDOSO JR., J. C. (org). Para a Reconstrução do Desenvolvimento no Brasil: eixos estratégicos e

diretrizes de política. São Paulo: Ed. Hucitec, 2011.

DROR, Y. A Capacidade para Governar: informe ao Clube de Roma. São Paulo: Fundap, 1999.

MATUS, C. Teoria do Jogo Social. São Paulo: Fundap, 2005.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Carga Horária: 40h Teórica 30h; Prática: 10h.

Número de Créditos: 02

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Policy e Políticas Públicas: conceitos, ações e discurso no Brasil e no Ceará. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas no Brasil. Dimensões de compreensão das políticas públicas: tipos de políticas públicas, atores de políticas públicas, fases do processo de elaboração de políticas públicas (formação da agenda, indicadores, formulação de alternativas, tomada de decisão, implementação, gestão, avaliação, accountability, extinção), instituições, tipos e formas de política pública. Modelos Teóricos para a Análise de Políticas Públicas. Ciclos de Políticas Públicas. Planificação de Marco Lógico de Programas e Projetos. Captação de Recursos Governamentais.

OBJETIVO(S)

- Estudar os conceitos de avaliação, planejamento, implementação e gestão de políticas públicas, para compreender os ciclos de políticas públicas e seus processos de elaboração entre a *policy* e a *politics*.
- Compreender e dialogar sobre conceitos, tipos e formas de políticas públicas, para refletir sobre o papel dos atores de políticas públicas na formação da agenda, desenvolvimento de indicadores, formulação de alternativas, tomadas de decisões, implementação, gestão, accountability e avaliação e extinção das políticas.
- Refletir sobre o financiamento de políticas púbicas para os sertões com o intuito de perscrutar as possibilidades e limites de captação de Recursos Governamentais e de parceria com o setor privado para políticas que visem a melhoria da vida das populações sertanejas.

PROGRAMA

- 1. Conceituação: avaliação, planejamento, implementação e gestão de políticas públicas.
 - 1.1 Noções, definições e tipos de políticas públicas
 - **1.2** Ciclos de políticas públicas entre a *policy* e a *politics*
 - 1.3 Noções e definições sobre avaliação de políticas públicas

- 1.4 Noções e definições sobre planejamento de políticas públicas
- 1.5 Noções e definições sobre gestão e implementação de políticas públicas
- 1.6 Accountability, controle social e formulação de políticas públicas

2. Competências, Responsabilidades, Agenda, Decisão e Indicadores

- 2.1 Competências e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas no Brasil
- 2.2 Formulação de alternativas e tomadas de decisões em políticas públicas
- 2.3 Formulação da agenda
- **2.4** Desenvolvimento de indicadores e políticas públicas

3. Financiamento e Captação de Recursos

- **3.1** Financiamento de políticas púbicas
- **3.2** Captação de Recursos Governamentais
- 3.3 Parcerias com o setor privado

AVALIAÇÃO

• Seminários, trabalhos escritos, provas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas, estudo de textos, vídeos, músicas, obras de arte, Estudos dirigidos, Tempestade de Ideias, Seminários, Estudo de Caso, Oficinas, ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco as relações entre o saber e o saber-fazer e a construção cooperativa do conhecimento.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANELA Guilherme e NASCIMENTO, Solano. **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI; Artigo 19, 2009.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de et. al. (Orgs.) **Dicionário de políticas públicas** Barbacena: EdUEMG, 2012.

GIACOMONI, James e PAGNUSSAT, José Luiz. **Planejamento e orçamento governamental**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Vol 1 e 2.

SARAIVA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete. **Políticas públicas**: coletânea. Brasília: ENAP, 2006. Vol 1 e 2.

LEVY, E. DRAGO, P. (Org.). **Gestão pública no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Edições Fundap, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Christian Luiz da (Org.); SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARNEIRO, M J; BRUNI, R.; LEITE, S. Conhecimento Científico na Formulação de Políticas Públicas. CPDA/UFRRJ/ INRA-BIOSOC, Rio de Janeiro, 2009 (Relatório de Pesquisa).

HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2007

GAETANI, Francisco **Gestão e avaliação de políticas sociais**: subsídios para discussão. Brasília: MARE/ENAP, 1997.

PEREIRA, Flavio Schettini **Ações premiadas no 17º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2012.** organizado por—Brasília: ENAP, 2013.

FRANZESE, Cibele [et al.] **Reflexões para Ibero-América**: avaliação de programas. Brasília: ENAP, 2009.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO BRASIL

Carga Horária: 20 h Teóricas 16h; Prática 4h

Número de Créditos: 01

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Contexto histórico da estruturação política do ensino e das lutas por educação pública no Brasil. As principais reformas educacionais brasileiras, os projetos em disputa na sua formulação e os mecanismos de sua implementação. Análise crítica dos determinantes da estrutura e funcionamento da educação básica e das políticas educacionais do Brasil contemporâneo.

OBJETIVO(S)

- Compreender as políticas públicas destinadas a educação brasileira a partir do contexto histórico e cultural.
- Analisar as diretrizes da política educacional.
- Reconhecer o processo de implementação, gestão e avaliação da política educacional brasileira.
- Identificar os aspectos da estrutura e funcionamento das dimensões políticas e da educação básica e superior.

PROGRAMA

4. Contexto Histórico

- **4.1** Gênese da Política Educacional no Brasil
- 4.2 Reformas Educacionais Brasileiras

5. Política Educacional e os Aspectos Contemporâneos

- **5.1** Agenda internacional
- 5.2 Educação Para Todos
- **5.3** Acordos Brasileiros e modificações legais
- 5.4 Políticas Educacionais na década de 1990

6. Educação como Política Pública

- **3.1**. Marcos legais
- **3.2**. Estado de Coisas
- 3.3. Ciclo de Políticas
- **3.4**. Políticas Educacionais e a Gestão Democrática nas Instituições Formativas.
- 3.5. Gestão da Política Educacional

METODOLOGIA DE ENSINO

As aulas serão desenvolvidas recorrendo a processos de estudo aliando teoria, prática e reflexão referenciados os autores que subsidiaram o referencial teórico metodológico do componente curricular e suas múltiplas dimensões. Para tanto, priorizaremos as exposições dialogadas, debates, produções textuais, estudos em grupos e pesquisas de campo.

AVALIAÇÃO

A avaliação será diagnóstico-processual, envolvendo os aspectos individuais e coletivos apresentados ao decorrer do processo de ensino e aprendizagem. Para esse fim serão apreciados os seguintes critérios: presença e participação ativa dos alunos nas aulas, estudos dos textos e fichamentos, expressão oral e escrita, seminários, colaboração em atividades organizadas (individuais ou em grupo).

Serão utilizados como instrumentos de avaliação trabalhos escritos como realização de notas de leitura, produção de textos, estudos orientados e provas, miniaulas, atentando para as normas de avaliação descritas no Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Políticas Públicas...

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SHIROMA, Eneida O; MORAES, Maria C. M; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** 4ªed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOUSA, Antonia de Abreu. **Política pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará - UFC, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSHI, Mirza Seabra. **Educação escolar:** políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SOUSA, Antônia de Abreu. Política Pública para a educação profissional e tecnológica no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do cárcere. (Edição e Tradução: Carlos Nelson Coutinho). Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Vol. III.

LESBAUPIN, Ivo. O desmonte da nação: balanço do governo FHC. Petrópolis: Ed. Vozes, 2000. PATTO, Mª Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1993. SAVIANI, Demerval. A nova Lei da educação - LDB – Trajetória, limites e perspectivas. São Paulo, Editora Autores Associados, 1999.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: Gestão de Pessoas no Setor Público

Carga Horária: 20h Teórica 20h

Número de Créditos: 01

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

A Gestão de RH, Objetivos, Políticas e Estratégias. Histórico de Gestão de Pessoas e das Relações de Trabalho no Setor Público. A Gestão Estratégica de RH. A Gestão de Pessoas por competências. EPI, CIPA, Acidentes de Trabalho, Atração de Competências para as Organizações. Formação Profissional e Desenvolvimento de Pessoas (Treinamento e Qualificação). Sistema de Desenvolvimento de Pessoas. Avaliação de Desempenho. Qualidade de Vida, Organização Sindical, Sindicalismo, Convenção coletiva. GREVE

OBJETIVO(S)

- Apresentar as práticas de gestão de pessoas, a partir dos seus processos, disseminando uma cultura voltada para o trabalho em equipe que seja coerente com os objetivos e finalidade da organização.
- Estabelecer diretrizes que promovam e mobilizem as pessoas para se desenvolverem e saberem conciliar suas práticas com os objetivos pessoais e institucionais.
- Propor ações motivacionais com o objetivo de manter a equipe integrada e direcionada aos resultados organizacionais.
- Identificar atitudes que permitam aperfeiçoar a Qualidade de Vida no Trabalho, as relações institucionais e sindicais.

PROGRAMA

- 7. Conceito, Histórico e Objetivos da Gestão de Pessoas
- 7.1 O que é Gestão de Pessoas
- 7.2 Evolução Histórica da Gestão de Pessoas
- 7.3 A GP em diferentes contextos: Público, Privado e Social

8. A Gestão Estratégica de RH - A Gestão de Pessoas por Competências.

- 8.1 Do Operacional ao Estratégico
- 8.2 Processos da Gestão de Pessoas:
- 8.2.1 Atraindo, Desenvolvendo, Avaliando e Recompensando Pessoas
- 8.2.2 Saúde e Segurança no Trabalho OVT
- 8.2.3 Relações trabalhistas e Sindicais Convenções e Greves

9. A Relação da Gestão de Pessoas e das Relações de Trabalho no Setor Público

- 9.1 Organizações Públicas Características e objetivos
- 9.2 A Gestão de Pessoas nas relações de trabalho no Setor Público
- 9.3 Casos de Sucesso na Gestão Pessoas no Setor Público

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;
- Aulas de Campo

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula, trabalhos escritos, seminários, provas escritas, questionários aplicados em sala de aula, relatórios de aulas campo, atividades realizadas em laboratório.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de Pessoas: o Novo Papel dos Recursos Humanos nas Organizações. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas: Modelo e Processos tendências e perspectivas**. São Paulo. Atlas, 2002.

FLEURY, M.T.L.(Org.). As pessoas na organização. São Paulo: Editora Gente, 2002.

LEME, Rogério. Aplicação Prática de Gestão de Pessoas por Competências. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

VERGARA, Sylvia Constant. Gestão de Pessoas. Papiros, 2013.. 13ª edição, São Paulo. Atlas.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS, Regina Copello. **Gestão de Pessoas em organizações públicas.** Disponível em: http://www.inmetro.gov.br/producaointelectual/obras_intelectuais/43_obraIntelectual.pdf SILVA, Mário Celso Marcondes e. **Competência e resultados em planejamento estratégico de recursos humanos: um fator diferencial da empresa moderna**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003. ULRICH, Dave. **Recursos Humanos estratégicos – novas perspectivas para os profissionais de RH**. Ed. Futura, 2000.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO E CULTURA

Carga Horária: 20 horas Teórica 16h; Prática 4h

Número de Créditos: 01

Semestre: I

Nível: Especialização

EMENTA

Politicas públicas de turismo para inclusão social; Políticas públicas de turismo para a sustentabilidade; Politicas públicas para o desenvolvimento do turismo no Brasil; Políticas Públicas de Cultura. Sistema Nacional de Cultura. Economia Criativa. Patrimônio Cultural.

OBJETIVOS

- Compreender como as políticas de turismo e cultura influenciam a atividade socioeconômica do Brasil, do Nordeste e em especial do Ceará;
- Entender o papel do turismo diante da interação Território-Sociedade-Estado-Economia, face à relação crescimento x desenvolvimento regional;
- Analisar a relação existente o turismo na dinâmica espacial do Brasil, do Nordeste e do Ceará
- Ponderar sobre formulação de políticas públicas e o planejamento nas áreas de turismo e cultura, voltados para o desenvolvimento local e regional em uma perspectiva integrada e sustentada;
- Avaliar o processo evolutivo das políticas públicas no Brasil e do Ceará, identificando as correlações entre políticas nacionais, regionais e estaduais no desenvolvimento do turismo e da cultura;
- Investigar a relação entre políticas públicas, modelos de governança e de interação entre os agentes e atores intervenientes no processo de planejamento para o desenvolvimento turístico e cultural.

PROGRAMA

CAPITULO 1

- 1.1. Políticas públicas de turismo e cultura no desenvolvimento local e regional em uma perspectiva integrada e sustentada;
- 1.2. Tendências mundiais: estetização do mundo capitalista, globalização e avanço tecnológico.
- 1.3. Políticas públicas de turismo e cultura: evolução, questões teóricas, metodológicas.
- 1.4 Políticas públicas de turismo e cultura: desenvolvimento setorial, local, regional e nacional.
- 1. 5 Políticas públicas de turismo e cultura: sustentabilidade e territorialidade nos espaços turísticos CAPÍTULO 2
- 2.1. Política Nacional de Turismo 1996-1999 / 2003-2007, 2007-2010 e 2013-2016
- 2.2. PNMT x PRT
- 2.3. Políticas Regionais e Estaduais de Turismo: PRODETUR-NE.
- 2.4. Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentado PDITS

2.5 Políticas públicas, turismo e modelos de governança local e regional – Conselho, Fórum, Consórcio, Cluster, APL

CAPITULO 3

Cultura, tempo histórico e olhar do turista.

Monumentos históricos e turismo (modernidade conservadora e modernidade renovadora)

Patrimônio histórico-cultural e sociedade

Identidade cultural, memoria, experiência interpretativa.

Monumentalidade, patrimonialidades e representatividade.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas e dialogadas;

Estudo dirigido em sala de aula;

Trabalhos de pesquisa extraclasse;

Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;

Aulas de Campo

AVALIAÇÃO

Avaliações escritas individuais e realizados seminários em grupo ou individuais. Atividades em sala de aula — leitura e discussão de textos e artigos. A participação do aluno será mensurada durante o curso, englobando sua manifestação nos debates, nos seminários e na discussão dos textos e artigos indicados para leitura, além de sua participação em outras atividades de pesquisa.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENI, Mário C. Turismo: planejamento estratégico e capacidade de gestão – desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. Barueri, SP: Manole, 2012.

BENI, Mário C. Política e planejamento de turismo no Brasil. São Paulo: Aleph, 2006. (Série Turismo)

CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo) ELIOT, T.S. Notas para a definição de Cultura, tradução de Ernesto Sampaio. Lisboa: Século XXI, 1996.

HALL, G. Michael. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos. São Paulo: Contexto, 2001.

QUEIROZ, Lúcia M. A. de. Turismo urbano, gestão pública e competitividade: a experiência da cidade de Salvador. Salvador: P555, 2007.

SOUZA, Maria José de. (Org.). Políticas públicas e o lugar do turismo, 1. Brasília: UNB / Ministério do Meio Ambiente, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, Antônio Augusto. O que é Cultura popular? Coleção Primeiros Passos. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986.

ANDRADE, Jose Vicente de. Turismo: fundamentos e dimensões. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2002

AZZONI, Carlos Roberto. Desenvolvimento do turismo ou desenvolvimento turístico. Turismo em Análise, São Paulo, ECA/USP, 4 (2): 37-51, novembro 1993.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do espaço turístico. Bauru, SP: EDUSC, 2002. (Coleção Turis)

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2013-2016. O turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo 2007-2010. Uma viagem de inclusão. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo sustentável e alívio da pobreza no Brasil: reflexões e perspectivas. Brasília, DF: Ministério do Turismo, outubro 2005.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo. Diretrizes, Metas e Programas. 2003-2007. Brasília, DF: Ministério do Turismo, abril 2003.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Política Nacional de Turismo. Diretrizes e Programas. 1996-1997. Brasília, DF: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1996.

CARVALHO, Caio L. de. Breves histórias do turismo brasileiro. In: TRIGO, Luiz G. G. (Ed.). Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Roca, 2005.

CAVALCANTI, Keila B.; SPÍNOLA DA HORA, Alberto S. Política de turismo no Brasil.

Turismo em Análise, São Paulo, 13 (2): 54-73, novembro 2002. CHIAS,

Josep. Turismo, o negócio da felicidade: desenvolvimento e marketing turístico de países, regiões, lugares e cidades. São Paulo: SENAC, 2007.

GARRIDO, Inez M. D. A. Modelos multiorganizacionais no turismo: cadeias, clusters e redes. In: RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina T. (Org.) Planejamento turístico. São Paulo: Manole, 2006.

LOIOLA, Elizabeth. Turismo e desenvolvimento local sustentado. RAP, Riode Janeiro, 38(5): 817-50. Set./Out. 2004.

PETROCCHI, Mário. Turismo: planejamento e gestão. – 2. ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

PETROCCHI, Mário. Gestão de pólos turísticos. São Paulo: Futura, 2001. PIMENTEL L. J., Plínio. O valor social do turismo. São Paulo: Roca, 2007.

RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina T. Planejamento turístico. São Paulo: Manole, 2006. SALVATI, Sérgio S. (Org.). Turismo responsável. Manual para políticas públicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

SILVA, Jorge A. S. Cluster, competitividade territorial e o desenvolvimento turístico. In: PEREIRA, Alexsandro E. ...[et al.] (Org.). Turismo, associativismo e desenvolvimento regional. Curitiba: Universidade Positivo, 2009. p. 262-293.

SOUZA, Maria José de. Políticas públicas e o lugar do turismo. Brasília: UNB, 2002.

SCHAWARZ, Roberto. Cultura e Política. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

TORAINE, Alain. O social e o político na pós modernidade. São Paulo : Cortez Editores. 5.ed. 1999.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER	
Carga Horária: 20h	Teórica 16h; Prática 4h
Número de Créditos:	01
Semestre:	II
Nível:	Especialização

EMENTA

Conhecimento geral da organização e da administração da Educação Física e dos Desportos em seu âmbito internacional e nacional, com ênfase ao estudo histórico, contextual e contemporâneo da política pública em esporte e lazer no Brasil. Relações entre Estado e sociedade civil. Conhecimento geral das políticas de esporte e lazer. História e fundamentos em políticas sociais e políticas públicas. A pesquisa e o fazer científico sobre o esporte e lazer em sua interlocução com as políticas. Temas emergentes em políticas de esporte e lazer.

OBJETIVO

- Desenvolver os conceitos das políticas públicas brasileiras para o investimento no esporte e lazer.
- Conhecer as leis reguladoras para as políticas relacionadas ao esporte e lazer.
- Propiciar uma discussão aprofundada sobre a relação entre política, esporte e lazer.
- Provocar uma reflexão sobre os desafios para a formulação de políticas públicas.
- Debater o contexto brasileiro dos megaeventos esportivos e seus impactos para os vários setores da sociedade.

PROGRAMA

10. CONCEITO DE LAZER, ESPORTES E POLÍTICAS PÚBLICAS

- 10.1 Lazer
- 10.2 Esportes
- 10.3 Políticas Públicas

11. LEIS REGULADORAS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

- 11.1 Historiografia do sistema legislativo e seus impactos nas políticas de esporte e lazer
- 11.2 Lazer e Esporte para todos: possibilidade ou utopia
- 11.3 Relatório PNUD, seus impactos para pensar políticas públicas de esporte e lazer no Brasil

12. POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO AOS MEGAEVENTOS NO BRASIL

- 12.1 Conceito de Megaeventos
- 12.2 Regaste do início desse século e o planejamento dos megaeventos
- 12.3 Legislação específica no Brasil
- 12.4 Mudanças necessárias no paradigma de atuação
- 12.5 Reflexões sobre "legado"

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse:
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;
- Aulas de Campo.

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula, trabalhos escritos, seminários, provas escritas, questionários aplicados em sala de aula, relatórios de aulas campo.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANHÃES, Eduardo Dias. Políticas de esportes no Brasil. Rio de Janeiro: Editor: Paz e Terra, 2002. SUASSUNA, Dulce; AZEVEDO, Aldo Antônio de. (Orgs.).Política e lazer: interfaces e perspectivas.Brasília:Thesauros,2007.

:BRACHT, Valter. Sociologia crítica do esporte: uma introdução.Vitóia: Editor: CEFD-UFES,1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WERNECK, C. L. G.; STOPPA, E. A.; ISAYAMA, H. F. Lazer e Mercado. Campinas, SP: Papirus, 2001.

DEMO, P. Política social, Educação e Cidadania. 11ª Ed. São Paulo: Papirus, 2008.

Lino Castellani Filho. Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 2007.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda

Carga Horária: 20 horas Teórica 16h; Prática 4h

Número de Créditos: 01

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Ementa: Pleno Emprego: análise constitucional do tema; contexto histórico de valorização do trabalho humano e direito ao trabalho; livre iniciativa e empreendedorismo. Mercado de Trabalho: desafios globais e locais ao pleno emprego; globalização e tecnologia; flexibilização, modelos de produção e reengenharias; competitividade e dumping social; crise e negociação. Formas de fomento de empregos: analise de politicas publicas; empregabilidade e juventude; seguro-desemprego; formação profissional. Trabalho e Renda: análise de politicas públicas; incentivo à

micro e a pequena empresa; crédito orientado; economia solidária; auto-emprego e cooperativismo. Empregabilidade no Direito Internacional e Comparado: Convenções e Recomendações da organização Internacional do Trabalho (OIT); trabalho decente; formas de fomento de empregos e renda..

OBJETIVOS

- Estudar os conceitos de Trabalho e Empreendedorismo no âmbito das políticas públicas de desenvolvimento econômico;
- Compreender e debater as políticas de trabalho, emprego e renda;
- Discutir criticamente as abordagens, problemas e práticas das políticas de emprego no país desde a Era Vargas;
- Desenvolver a capacidade de interpretação das políticas de Estado de interface trabalho, geração de renda e educação profissional.

PROGRAMA

- 1. Pleno Emprego: análise constitucional do tema; Histórico das políticas de trabalho e de desenvolvimento econômico no Brasil;
- 2. Mercado de Trabalho: desafios globais e locais ao pleno emprego;
- 3. Formas de fomento de empregos:
- 4. Análise de politicas públicas; empregabilidade e juventude; seguro-desemprego;
- 5. Trabalho e Renda: incentivo às micro e a pequenas empresas; crédito orientado; economia solidária; auto-emprego e cooperativismo;
- 6. Política de Trabalho Decente;
- 7. Pesquisa de Emprego e Desemprego;
- 8. Economia e Políticas de Geração de Renda;
- 9. Formulação, Gestão e Controle Social das Políticas de Trabalho no Brasil;

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extra-classe;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula e provas escritas.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMO, L; MONTERO, C. A Sociologia do Trabalho na América Latina: Paradigmas Teóricos e Paradigmas Produtivos. BIB, Rio de Janeiro, n.40, 2° semestre 1995.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho. Ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003. 258p.

CATTANI, Antônio. D.; HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

DOWBOR, Ladislau. O que acontece com o trabalho? São Paulo, SENAC, 2002

DURKHEIM, Émili. Da divisão do trabalho social. [tradução Eduardo Brandão]. 2º ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

AZEREDO, Beatriz; e RAMOS, Carlos Alberto, Políticas públicas de emprego: experiências e desafios, In Planejamento e Políticas Públicas, no. 12, Brasília, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HOLZMANN, Lorena. Sociologia do Trabalho. In: CATTANI, Antônio; HOLZMANN, Lorena (Orgs). Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Da UFGRS, 2002.

KREIN, José Dari. As negociações coletivas e a regulação do trabalho. In: ARAÚJO, S. M.; FERRAZ, M. (Org.) Trabalho e Sindicalismo: tempo de incertezas. São Paulo: LTr, p. 231-255.

LEITE, Marcia. Trabalho e sociedade em transformação. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Carga Horária: 20h Teórica 16h; Prática 4h

Número de Créditos: 01

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Conceitos — Conceito de meio ambiente. Meio ambiente e sociedade. Principais conferências relacionadas ao meio ambiente. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Principais problemas ambientais da atualidade. Políticas públicas de preservação e conservação ambiental. A sustentabilidade nas políticas públicas. Política nacional de meio ambiente. Sustentabilidade nas atividades de gestão. Educação ambiental.

OBJETIVO

- Conhecer os conceitos de meio ambiente, do ponto de vista das ciências da natureza e da legislação brasileira;
- Compreender as relações entre o homem e o meio ambiente;
- Identificar os impactos ambientais da sociedade atual;
- Compreender o conceito de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, e seus

fundamentos;

- Identificar os principais problemas ambientais da atualidade, nacionais e globais;
- Conhecer e ser capaz de avaliar as políticas públicas brasileiras voltadas para a conservação e preservação ambiental;
- Identificar a sustentabilidade como premissa fundamental de todas as políticas públicas;
- Conhecer a política nacional do meio ambiente e a estrutura dos órgãos que atuam em sua promoção;
- Analisar como a sustentabilidade pode ser inserida nas atividades de gestão;
- Conhecer os fundamentos da Educação Ambiental e identificar sua importância na promoção de um desenvolvimento sustentável.

PROGRAMA

- 1- **Conceitos de meio ambiente**: meio ambiente sob o ponto de vista da Ecologia; meio ambiente segundo a lei 6.938/81; meio ambiente segundo a Constituição Federal.
- **2- Meio Ambiente e sociedade**: a relação entre o homem e a natureza; como essa relação se modificou ao longo da história da humanidade; o início da degradação ambiental a nível global; a percepção da degradação ambiental; como a sociedade age em busca de diminuir os impactos ambientais; histórico da eclosão dos movimentos ambientalistas.
- **3- Principais conferências relacionadas ao meio ambiente**: discussões no século XX sobre Meio Ambiente; Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Estocolmo; Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ECO-92; Conferencia das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+10; Conferencia das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável Rio+20; Protocolo de Quioto, Protocolo de Montreal, Conferência de Copenhague, e conferências das partes (COPs)
- **4- Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.** Conceito de sustentabilidade; as premissas da sustentabilidade; desenvolvimento sustentável; entraves ao desenvolvimento sustentável.
- **5- Principais problemas ambientais da atualidade**: aquecimento global; buraco na camada de ozônio; contaminação das águas, do ar e do solo; efeitos ambientais e na saúde humana do uso de pesticidas; fontes alternativas de energia; tecnologias sustentáveis; exemplos de desastres ambientais.
- **6- Áreas naturais protegidas**: Unidades de conservação: tipos, definições e importância; áreas indígenas e quilombolas.
- **7- Políticas públicas de preservação ambiental**: Leis e projetos de proteção e conservação do meio ambiente: Política Nacional do Meio Ambiente; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; Compensação Ambiental; Programas e projetos federais de preservação da natureza;
- **8-** A sustentabilidade nas políticas públicas: Ações sustentáveis nas mais diversas políticas públicas brasileiras: exemplos.
- **9- Sustentabilidade nas atividades de gestão:** Incentivos e benefícios para as empresas e entidades, públicas ou privadas, que promovem a sustentabilidade. Exigências e normas que promovem a sustentabilidade.
- 10. Educação Ambiental: conceito e importância na promoção do desenvolvimento sustentável.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivas, vídeos, textos, visitas técnicas

AVALIAÇÃO

Provas e seminários

RECURSOS DIDÁTICOS

- Projetor de multimídia
 - Caixa de som
 - Pincel e quadro branco

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, R. O. B.de. Gestão ambiental: **Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável.** 2. ed. São Paulo: Makron, 2004.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA. José Augusto (Org.). **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

DIAS, Reinaldo. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. Editora Atlas, 1ª edição, 2008.

PHILIPPI JR, Arlindo, RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo**. São Paulo: Editora Manole, 2010.

MONTIBELLER F, Gilberto. Empresas, Desenvolvimento e Ambiente : diagnóstico e diretrizes de sustentabilidade. São Paulo: Editora Manole, 2007.

ALENCASTRO, Mário Sérgio Cunha. Ética e Meio Ambiente: Construindo as bases para um futuro sustentável. Editora Intersaberes, 1ª edição, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo. Energia, Recursos Naturais e a Prática do Desenvolvimento Sustentável. Editora Manole, 2ª edição, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, Márcia Maria Dociatti; MENDES, Michel; HANSEL, Cláudia Maria; DAMIANI, Suzana Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade. Editora da universidade de Caxias do Sul, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acessado em: 24/10/2016.

Lei n° 6.938/81, Dispoe sobre a Politica Nacional do Meio	Ambiente,	seus
fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. I	Disponível	em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acessado em: 24/10/2010	6.	

Lei 9.605/98, Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acessado em: 24/10/2016.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA E DROGAS

Carga Horária: 20h Teórica 18h; Prática 2h.

Número de Créditos: 01
Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Violência, conceito, correntes interpretativas, sua fenomenologia e o estado atual da pesquisa brasileira nesta área do conhecimento. O modo sociológico de pensar a violência, enfatizando as relações entre saber, sociedade, Estado de Direito, democracia, direitos humanos e controle social. Política nacional sobre drogas; Prevenção ao uso, Tratamento do dependente químico; Principais drogas e seus efeitos. Formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança, com visão interdisciplinar e multissetorial, de caráter pró-ativo, integrador, focal e universalizante.

OBJETIVO

- Estudar os conceitos das políticas públicas brasileiras para combate à violência e às drogas.
- Conhecer as principais drogas, seus efeitos e mecanismos de difusão.
- Propiciar uma discussão aprofundada sobre a participação das ciências sociais na instituição de uma questão social controversa, no caso a questão do uso de drogas.
- Provocar uma reflexão sobre os desafios para a formulação de políticas públicas.
- Apresentar a necessária interface com outros campos do conhecimento que tendem a predominar no debate público, notadamente os saberes biomédicos.

PROGRAMA

- 13. CONCEITO DE VIOLÊNCIA, DROGAS E POLÍTICAS PÚBLICAS
 - 13.1 Violência
 - 13.2 Drogas
 - 13.3 Políticas Públicas
- 14. DEFINIÇÃO DOS PROBLEMAS RELACIONADOS ÀS DROGAS COMUNS NO BRASIL
 - 14.1 Drogas: classificação e seus efeitos no organismo
 - 14.2 Uso, uso nocivo e uso abusivo
 - 14.3 Dependência química
 - 14.3.1 Conceito
 - 14.3.2 Aspectos cerebrais, comportamentais e sociais
 - 14.3.3 Identificação: modelos de diagnóstico (CID 10 e outros)

15. POLÍTICAS PÚBLICAS EM RELAÇÃO ÀS DROGAS NO BRASIL

15.1 Histórico das representações sociais em relação às drogas

15.2	Epidemiologia
15.3	Legislação específica no Brasil
15.4	Mudanças necessárias no paradigma de atuação
15.5	SISNAD- Sistema Nacional de Políticas Sobre Drogas
15.6	PNAD - Política Nacional Sobre Drogas
15.7	Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas
15.8	O FUNAD - Fundo Nacional Antidrogas
15.9	O instituto da internação compulsória

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extraclasse;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;
- Aulas de Campo.

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula, trabalhos escritos, seminários, provas escritas, questionários aplicados em sala de aula, relatórios de aulas campo, atividades realizadas em laboratório.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Drogas na escola.. Brasília: UNESCO, 2002. COTRIM. Beatriz Carlini. Drogas - mitos e verdades. São Paulo: Ática. 1998.

CAVALIERI, Ana Lúcia; EGYPTO, Antônio Carlos. Drogas e prevenção. São Paulo: Saraiva, 2002.

LOBÃO, Waldir, & CERQUEIRA, Daniel (2003) "Criminalidade: Social Versus Polícia". IPEA, Textos para Discussão, nº 958, Rio de Janeiro, junho 2003. (net)

CARVALHO, Alexandre, LOBÃO, Waldir, & CERQUEIRA, Daniel (2005) "O Jogo dos Sete Mitos e a Miséria da Segurança Pública no Brasil". IPEA, Textos para Discussão, nº 1144, Rio de Janeiro, dezembro 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

WIEVIORKA, M. (1997). O novo paradigma da violência. Tempo Social. Rev. de Sociologia da USP. São Paulo, 9(1): 5-41, maio.

ENGELS, F. (1981). Teoria da violência. In: Engels. José Paulo Netto, org. São Paulo: Ática (col. Grandes Cientistas Sociais, 17).

BASTOS, F. & BERTONI, N (orgs.) Pesquisa nacional sobre o uso de crack. Rio de Janeiro, ICICT/FIOCRUZ, 2014.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Carga Horária: 20h Teórica 14h; Prática 6h

Número de Créditos: 01

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Estado, políticas públicas e modelos de desenvolvimento; Reforma agrária; Políticas de Crédito Rural e Crédito Fundiário; Política de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural; Políticas Ambientais; Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e Seguro Agrícola; Política de Segurança Alimentar e Nutricional; Política de Agricultura Urbana e Periurbana; Políticas de Agroindustrialização e Agregação de Valor; Territorialização como instrumento de formulação e gestão de políticas públicas integradas; Organizações sociais e grupos de pressão e políticas públicas; Plano Safra; Descentralização do Estado; Municipalização da agricultura e novas instâncias participativas; Educação rural e educação do campo, políticas afirmativas. Agricultura familiar e assentamentos rurais no Brasil. Novas ruralidades: transformações em curso e perspectivas. Métodos e técnicas de levantamento e analise de dados em pesquisa socioeconômicas na área rural. Agroecologia e agricultura familiar. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural.

OBJETIVO

- Estudar o papel da agricultura familiar, as políticas públicas a ela ligadas e suas tecnologias como fator de desenvolvimento social e econômico.
- Compreender e debater a produção agrícola de forma crítica com base em seus aspectos sociais, ambientais e ecológico.
- Compreender as políticas públicas voltadas para a educação no campo.
- Compreender o papel dos pequenos produtores como agentes de transformação política, social e científica.
- Discutir criticamente as políticas estatais voltadas para o campo e as propostas alternativas à perspectiva oficial, suas práticas e fundamentos.
- Desenvolver a capacidade de interpretação dos impactos ecológicos do manejo e ocupação da terra para o plano do desenvolvimento, em especial o desenvolvimento local.

PROGRAMA

- 1. Políticas do Estado para o desenvolvimento rural: perspectivas históricas
- 2. Agricultura familiar: ocupação do solo e impactos ambientais
- 3. Produção local e desenvolvimento rural: aspectos econômicos
- 4. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: uma perspectiva crítica e alternativas ao crescimento
- 5. Agricultura familiar: aspectos de uma pedagogia política

METODOLOGIA DE ENSINO

• Aulas expositivas e dialogadas;

- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extra-classe;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;
- Aulas de Campo

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula, trabalhos escritos, seminários, provas escritas, questionários aplicados em sala de aula, relatórios de aulas campo.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AUBERT, C. A industrialização da agricultura: salvação ou suicídio da humanidade? Porto (Portugal): Afrontamento, 1977.

BINSWANGER, H. C. Fazendo a sustentabilidade funcionar. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. 3. ed. São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2001, p. 41-55.

BUARQUE, Sergio C...[et.al]. Reflexões e proposições de políticas públicas de desenvolvimento territorial. Brasília: IICA, 2012. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.15, 189p).

CAMPOS, R. R. et al. Turismo em Santa Catarina. In: VIEIRA, P. F. A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento. Florianópolis: APED, 2002. p. 209-261.

CAPORAL, Francisco Roberto. A redescoberta da Assistência Técnica e Extensão Rural e a implementação da Pnater: nova âncora para a viabilização de acesso a políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em:

http://www.google.com.br/search?q=CAPORAL%2C+F.+R.+%E2. Acesso em 22/05/15. CAUME, David J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. Redes, Santa Cruz do SulRS, n. 1, 2009 (no prelo).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CONSEA. Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Proposições do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional para sua Elaboração. Documento Aprovado na Plenária do CONSEA de 12 de agosto de 2009. Disponível em: http://www2.planalto.gov.br/consea/plenarias/documentos. Acesso em 22/05/15. Documentário: O veneno está na mesa, de Sílvio Tendler.

FAVARETO, Arilson et al. Políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil: avanços e desafios. Brasília: IICA, 2010. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.12, p. 221). FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. Revista de Economia Política, Vol.24, nº 4 (96), outubro-dezembro/2004.

FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento. São Paulo (SP): Comp. Ed. Nacional, 1974.

GEHHEN, Ivaldo. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo em perspectiva, 18(2): 95-103, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf. Acesso em 20/06/2010.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

DISCIPLINA: POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE E HUMANIZAÇÃO

Código:

Carga Horária: 20 horas Teórica 10h; Prática 10h.

Número de Créditos: 01 Código pré-requisito:

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Conceitos de saúde, processo saúde-doença e os modelos de atenção à saúde no contexto nacional e internacional; a evolução das políticas públicas de saúde no Brasil até a implementação do Sistema Único de Saúde; Organização, funcionamento e modelos de gestão do Sistema Único de Saúde, e evolução das políticas de saúde no Brasil; os princípios organizativos e doutrinários do SUS, as leis que regem a sua organização e financiamento; os níveis de atenção em saúde, a importância da Atenção Primária (Unidades Básicas de Saúde - UBS e Estratégia de Saúde da Família - ESF); Política Nacional de Humanização (PNH), as políticas de saúde para alguns grupos específicos (saúde da mulher e do homem, recém-nascido, criança, adolescente, adulto, idoso, vigilância em saúde, saúde mental). Conceitos e instrumentos do planejamento e programação em saúde na perspectiva de sua aplicação para o equacionamento e a resolução do conjunto de problemas relativos ao arranjo das práticas de cuidado da saúde e aos modelos assistenciais.

OBJETIVOS

GERAL: Refletir sobre a Política Pública de Saúde no Brasil, sobretudo, a Política Nacional de Humanização e a Integralidade do Cuidado como movimento de articulação política e social, visando apresentar os arcabouços teóricos e legais necessários à evolução e orientação desta política pública, os modelos tecnológicos de atenção à saúde, bem como os instrumentos metodológicos e organizacionais para o desenvolvimento de competências para a gestão e análise das tendências e perspectivas no âmbito do SUS.

PROGRAMA

UNIDADE I – POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E HUMANIZAÇÃO

- 1. Contexto Histórico da Saúde Publica no Brasil.
- 2. Conceitos de saúde, processo saúde-doença e os modelos de atenção à saúde no contexto nacional e internacional:
- 3. Sistema Único de Saúde; Organização, funcionamento e modelos de gestão do Sistema Único de Saúde, princípios organizativos e doutrinários do SUS,
- 4. Níveis de atenção em saúde,

5. Atenção Básica de Saúde e a Estratégia Saúde da Família

UNIDADE II – POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE E HUMANIZAÇÃO

- 1. Pactos pela Saúde.
- 2. Política Nacional de Humanização (PNH).
- 3. Humanização e Integralidade do Cuidado a Saúde.
- 4. Politica Pública de Saúde e Intersetorialidade
- 5. Planejamento e programação em saúde sobre o arranjo das práticas de atenção integral ao cuidado e aos modelos assistenciais.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas teóricas, expositivas e dialogadas;
- Círculo de Cultura com Temas Geradores;
- Fóruns de Discussão.
- Estudos de Casos

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

Diagnóstica, Formativa e Somativa. O processo avaliativo compreende um movimento de reflexão da práxis e do processo de ensino-aprendizagem, necessitando uma análise crítica, reflexiva e participativa. As modalidades avaliativas serão fóruns, avaliação do interesse, estudos de caso e aproveitamento das aulas por feedback.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza SUS: documento base para gestores e trabalhadores do SUS. 4.ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2007.

BERTOLLI FILHO, C. História da Saúde Pública no Brasil. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008. CAMPOS, G. W. S. Um método para análise e co-gestão de coletivos – a construção do sujeito, a produção de valor de uso e a democracia em instituições: o método da roda. Hucitec, São Paulo, 2000.

CAMPOS, G. W.S et al. Tratado de Saúde Coletiva (Parte IV- Política, Gestão e Atenção em Saúde). São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2006.

THURLER, L. SUS: Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE. Para entender a gestão do SUS. Brasília-DF: CONASS, 2003.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para entender o pacto (Nota técnica 06/2006). Brasília: Conass, 2006.

CARVALHO, S. R. Saúde Coletiva e Promoção da Saúde . 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

CAMPOS, GWS. Reforma Política e sanitária: a sustentabilidade do SUS em questão? In: Rev. Ciência & Saúde Coletiva 12(2):301-306.2007 (disponível on line)

GADELHA, CAG. O complexo industrial da saúde e a necessidade de um enfoque dinâmico na economia da saúde. IN: Revista Ciência&Saúde Coletiva, v. 8, nº 2, p.521-535, 2003

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MATOS, Ruben. Os sentidos da Integralidade: algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser definidos. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. (Orgs.). Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado a saúde. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ ABRASCO, 2001.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA

Carga Horária: 20h Teórica 15h; Prática 5h

Número de Créditos: 01

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Democracia, Estado e esfera pública; O Papel do Estado contemporâneo e a oferta de serviços sociais; Emergência, crescimento e ocaso do Estado de bem estar social; A compreensão das origens da política social; o keynesianismo-fordismo e generalização da política social; o capitalismo e a política social e neoliberalismo. Cidadania e participação social; Concepção e desenvolvimento das políticas sociais em diversos paradigmas teóricos; Universalismo, seletividade, integralidade e focalização; Desenvolvimento das políticas sociais (educação, cultura, trabalho e renda, desenvolvimento rural) e seguridade social (previdência social, assistência social, saúde) no Brasil: gestão pública, articulação público-privado na provisão de bens e serviços, abrangência da cobertura social (benefícios e beneficiários), estrutura organizacional, financiamento e gastos públicos; Políticas de geração de oportunidades e de inserção produtiva qualificada no Brasil. LOAS. SUAS.

OBJETIVO

- Compreender a relação entre Democracia, Estado e Políticas Sociais no capitalismo contemporâneo, para debater suas origens, dilemas, limites e perspectivas.
- Estudar sobre como as politicas sociais contribuíram para o desenvolvimento da cidadania e da participação social no Brasil contemporâneo.

PROGRAMA

16. Conceituação: Estado, Democracia e políticas sociais.

- **16.1** Noções, definições e tipos de políticas sociais.
- Noções e definições sobre Estado e políticas sociais no capitalismo.
- 16.3 Noções e definições sobre Direitos e Democracia
- **16.4** Noções e definições sobre Cidadania e Participação Social.

17. As Políticas Sociais no Brasil contemporâneo

- 18. Desenvolvimento das políticas sociais (educação, cultura, trabalho e renda, desenvolvimento rural) e seguridade social (previdência social, assistência social, saúde) no Brasil
- 19. SUS, LOAS, SUAS.

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas, estudo de textos, vídeos, músicas, obras de arte, Estudos dirigidos, Tempestade de Ideias, Seminários, Estudo de Caso, Oficinas, ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco as relações entre o saber e o saber-fazer e a construção cooperativa do conhecimento.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

Seminário, trabalhos escritos e provas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARRETCHE, Marta T. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, jun. 1999, vol.14, nº. 40, p.111-141.

_____. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, n°.51, p.7-10..

ARRETCHE, M. (1996). "Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?" In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. No. 31 pp. 44:66

AVELINO Filho, George: Clientelismo e política no Brasil: revisitando velhos problemas. In: Novos Estudos, nº. 38, 1994.

AZEVEDO, S. e ANDRADE, L.A. (1981). Habitação e Poder: da fundação da casa popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro: Zahar.

BENDIX, R. Construção nacional e cidadania: estudos de nossa ordem social em mudança. São Paulo: Edusp, 1996.

BOBBIO, N. A Era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

CARVALHO, José Murilo de: Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. In: DADOS, Vol.40, n°. 2, pp.229-250, 1997

CLARKE, Simon. Crise do fordismo ou crise da social-democracia. In: Lua Nova. Nº. 24, setembro de 1991.

CARVALHO, Sonia Nahas de. (2003), "Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate". São Paulo em Perspectiva, 17 (3-4): 185-197. De VITA, A. Democracia deliberativa ou igualdade de oportunidades políticas? Novos Estudos, n. 66, jul de 2003.

CASTEL, Robert – As Metamorfoses da Questão Social, 4ª edição, Vozes, Petrópolis, 2003.

VIANA, A.L.D.; ELIAS, P.E.M; IBAÑEZ N. (Orgs.) Proteção Social: Dilemas e Desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

POCHMANN, Marcio. Proteção social na periferia do capitalismo: considerações sobre o Brasil. São Paulo Perspec., v. 18, n. 2, jun. 2004.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. "A práxis liberal e a cidadania regulada". In: Décadas de espanto e uma apologia democrática. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SILVA, Pedro L. Barros & COSTA, Nilson do Rosário. (2002), A avaliação de programas públicos: reflexões sobre a experiência brasileira. Relatório técnico. Brasília, Ipea.

WERNECK VIANA, M. (1997). "Beneficios privados, vícios públicos: dilemas atuais da seguridade social no Brasil." In: DINIZ, E. e AZEVEDO, S. (org.) Reforma do Estado e democracia no Brasil. Brasília: Ed.

UNB/Enap.

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 18, n. 2, 2004.

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: PLANEJAMENTO URBANO E GESTÃO DAS CIDADES

Carga Horária: 20h Teórica 16h; Prática 4h.

Número de Créditos: 01

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Conceito de cidade, urbano, urbanização metrópole e metropolização no século XXI. Principais transformações das cidades e sua relação com o modelo de produção; da cidade fordista à cidade pósfordista. Da urbanização à metropolização. Da cidade à região urbana funcional. Principais fontes de informação estatística sobre cidades a nível nacional. Teorias, movimentos e conceitos associados ao planejamento das cidades. Políticas e instrumentos para a governança urbana: planejamento estratégico; o papel dos agentes econômicos; regeneração/requalificação/reabilitação urbana; espaço público; habitação; comércio e serviços; transportes e energia.

OBJETIVO

- Estudar os conceitos de cidade e urbano no percurso do tempo e espaço das formações de grandes aglomerações urbanas/metropolitanas.
- Compreender e debater as diferenças do planeamento urbano e a sua transformação ao longo tempo.
- Compreender as diretrizes e orientações da política urbana brasileira.
- Compreender o papel dos agentes econômicos e sua relação com as políticas públic relacionadas à aplicação dos planos, operações urbanas consorciadas e ao planejamento urba da cidade.
- Discutir criticamente as abordagens, problemas e práticas do planeamento estratégico nas cidad

tendo em conta os diferentes contextos territoriais e as escalas de análise.

 Desenvolver a capacidade de interpretação das dinâmicas da urbanização e metropolização no bojo das políticas territoriais com implicações nas cidades.

PROGRAMA

20. Conceituação: Cidade, urbano, urbanização, metrópole e metropolização.

- **20.1** As formas e funções urbanas
- **20.2** Sítio, plantas urbanas e estrutura urbana
- 20.3 As escalas urbanas: pequenas cidades, cidades médias e metrópoles
- **20.4** Aspectos da rede urbana

21. A Urbanização e metropolização no capitalismo

- 21.1 Os antecedentes da Revolução Urbana
- 21.2 O capitalismo comercial e a cidade
- 21.3 A Revolução Industrial, a cidade e urbanização europeia
- **21.4** A cidade e da urbanização brasileira
- **21.5** A Produção do espaço urbano e a relação entre os agentes econômicos e as políticas públicas
- **21.6** A metropolização brasileira no século XXI

22. Planejamento urbano e instrumentos de gestão

- **22.1** As Visões de planejamento urbano
- 22.2 Da Crítica do planejamento urbano a um planejamento urbano crítico
- 22.3 Planejamento Urbano e Gestão
- 22.4 A Gestão urbana e o modo de produção capitalista
- 22.5 O estatuto da cidade e o plano diretor como instrumento da política urbana das cidades brasileiras
- **22.6** Estratégias, instrumentos, técnicas e contextos institucionais da participação popular no planejamento e na gestão urbana.

METODOLOGIA DE ENSINO

- Aulas expositivas e dialogadas;
- Estudo dirigido em sala de aula;
- Trabalhos de pesquisa extra-classe;
- Recursos audiovisuais; vídeos, documentários, filmes, músicas;
- Aulas de Campo

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula, trabalhos escritos, seminários, provas escritas, questionários aplicados em sala de aula, relatórios de aulas campo, atividades realizadas em laboratório.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. ESTATUTO DA CIDADE. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais de política urbana. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; SILVA, José Borzacchiello da; COSTA, Maria Clélia Lustosa. **De Cidade à metrópole:** transformações urbanas em Fortaleza: Edições UFC, 2009.

FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. (orgs.). **O espaço e a metropolização**: cotidiano e ação. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

GONÇALVES, Tiago Estevam. Região Metropolitana de Fortaleza: o município de Caucaia na dinâmica de integração e mobilidade intrametropolitana. **Caminhos de Geografia** (UFU), v. 12, p. 144-154, 2011.

HARVEY, David. Os limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre os conceitos de cidade e urbano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, N° 24, pp. 109 - 123, 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro, Bertrand, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANTES, O. VAINER, C., MARICATO, E.. A **Cidade do Pensamento Único:** Desmanchando Consensos, Petrópolis, Editora Vozes, 2000.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. Metrópoles e regiões metropolitanas no Brasil: conciliação ou divórcio?. In: FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, C.; FRANÇA, K. C. B. de. **Território metropolitano, políticas municipais:** por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano. Brasília : Ipea, 2013.

FONSECA FERREIRA, A. (2005), Gestão estratégica de Cidades e Regiões. Lisboa: F.C.G.

Leary M. E.; McCarthy, J. (2013), The Routledge Companion to Urban Regeneration, London, Routledge.

LEHMANN (2010), **The Principles of green urbanism. Transforming the City for Sustainability**, NC: earthscan (Introduction).

SANTOS. M. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. da. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SPOSITO, M. E. B. Capitalismo e urbanização. São Paulo: Contexto, 2001.

VAN DEN BERG, L.; VAN DER MEER, J.; CARVALHO, L. (2014), Cities as Engines of Sustainable Competitiveness, European Urban Policy in Practice, New York: Taylor and Francis

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

COMPONENTE CURRICULAR: SEMINÁRIOS DE MONOGRAFIA

Carga Horária: 20h Teórica 10h; Prática 10h

Número de Créditos: 01

Semestre: II

Nível: Especialização

EMENTA

Elaborar um texto de caráter monográfico, de acordo com as normas técnicas da ABNT, que contenha coerência metodológica, domínio dos conceitos/noções e interpretação das fontes. Estrutura do trabalho monográfico. Apresentação e socialização do processo de pesquisa através de seminários.

OBJETIVO

- Desenvolver um projeto de pesquisa sobre algum assunto teórico ou empírico relacionado com qualquer uma das subáreas das políticas públicas. Os alunos deverão escolher um tema do seu interesse, definindo o escopo das questões relacionadas ao tema a serem analisadas, definir as estratégias metodológicas e de abordagem das questões levantadas propondo os resultados esperados ao final do trabalho.
- Estudar sobre as normas gerais da apresentação das monografias de acordo com a ABNT.
- Compreender os processos, tipos, formas, instrumentos e técnicas de pesquisas em políticas públicas.
- Estudar formas de apresentação oral de monografias.

PROGRAMA

1 – Pesquisa e projeto de pesquisa

- 1.1 Como encaminhar uma pesquisa;
- 1.2 Como classificar a pesquisa com base nos seus objetivos;
- 1.3 Como esquematizar uma pesquisa;
- 1.4 Como calcular o tempo e o custo de um projeto.
- 1.5 Pesquisa Bibliográfica;
- 1.6 Pesquisa Documental;
- 1.7 Pesquisa Experimental;
- 1.8 Levantamentos;
- 1.9 Construção de perfis;
- 1.10 Estudo de caso;
- 1.11 Pesquisa ação e pesquisa participante

2 – Instrumentos e técnicas de pesquisa

- 2.1 Etnografias
- 2.2 Questionários;
- 2.3 Entrevistas;
- 2.4 História de vida;
- 2.5 Observação.

3 – Monografia

- 3.1 Normas gerais da apresentação das monografias de acordo com a ABNT.
- 3.2 Formas de apresentação oral de monografias

METODOLOGIA DE ENSINO

Aulas expositivo-dialogadas, estudo de textos, vídeos, músicas, obras de arte, Estudos dirigidos, Tempestade de Ideias, Seminários, Estudo de Caso, Oficinas, ensino com pesquisa e discussões em grupo tendo como foco as relações entre o saber e o saber-fazer e a construção cooperativa do conhecimento.

RECURSOS DIDÁTICOS

- Imagens, músicas, vídeos, obras artísticas, textos.
- Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

O desempenho dos alunos será avaliado através de atividades em sala de aula, trabalhos escritos, seminários, provas escritas, questionários aplicados em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIZZOTTI, Antonio **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 9a. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

Gil, Antonio Carlos. **Guia para Elaboração de Monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000,

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2002.

Vasconcelos, Eduardo Mourão **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa / Eduardo Vasconcelos. 3. Ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

REY, Fernando Gonzalez. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processo de construção da informação. Tradução de Marcel Aristides Ferrada Silva. São Paulo: Thomson, 2005.

DEMO, Pedro. Metodologia Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas 1995.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Perpsectiva, 2006

Coordenador do Curso	Setor Pedagógico
	

COMPONENTE CURRICULAR: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Carga Horária: 60h Teórica 10h; Prática 50h

Número de Créditos: 03

Semestre: III

Nível: Especialização

EMENTA

Elaboração de um trabalho de conclusão de curso, na forma de monografia ou artigo científico, sobre o tema escolhido pelo discente, visando a obtenção de uma síntese criativa que revele o grau de absorção dos conhecimentos proporcionados pelos componentes curriculares do curso. Apresentação do trabalho de conclusão de curso

OBJETIVO(S)

- Elaborar trabalhos que se enquadrem nas áreas de atuação em planejamento, avaliação e gestão de políticas públicas;
- Desenvolver capacidade de leitura e síntese de textos científicos;
- Desenvolver escrita formal para elaboração de projetos, artigos científicos e monografias;
- Praticar a apresentação em público;
- Desenvolver e apresentar os resultados de uma pesquisa nas áreas de planejamento, avaliação e gestão de políticas públicas.

METODOLOGIA DE ENSINO

Exposição oral-dialogada, grupos de discussão, leituras orientadas, resenhas de artigos científicos, atendimento de demanda espontânea do corpo discente, atendimento individualizado para orientação e consultas sobre o andamento do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Programação de atividades que desenvolvam a criatividade e a visão prospectiva para induzir os estudantes a projetos inovadores e úteis.

RECURSOS DIDÁTICOS

• Materiais didáticos (Data-show e Notebook, Slides, Caixas de som).

AVALIAÇÃO

A avaliação será constituída por uma banca examinadora que analisará o trabalho de conclusão de curso e sua defesa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. 9a. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007. Gil, Antonio Carlos. **Guia para Elaboração de Monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000,

BOAVENTURA, E. M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese.** São Paulo: Atlas, 2004.

FRANCA, J.L.; VASCONCELLOS, A.C.; MAGALHAES, M.H.A.; BORGES, S.M. (Colab.) Manual

para normalização de publicações técnico-científicas. 8. ed., rev. e ampl. Belo Horizonte: UFMG, 2007. SALOMON, D.V. Como fazer uma monografia. 11. ed. Sao Paulo: Martins Fontes, 2004.	
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	
Conforme temática do aluno	
Coordenador do Curso	Setor Pedagógico

Alterações:

- 1. Carga horária total de 400h para 420h;
- 2. Troca de disciplinas:
- Planejamento, Implementação e Avaliação de Políticas Públicas (20h) por Avaliação, Planejamento e Gestão de Políticas Públicas (40h);
- Governança e Redes de Cooperação (20h) por Planejamento Urbano e Gestão de Cidades (20h).
- 3. Revisão geral dos PUDs;
- 4. Atualização de corpo docente e técnico;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECONOLOGIA DO CEARÁ IFCE CAMPUS Canindé

PARECER TÉCNICO-PEDAGÓGICO

O curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas

- a ser ofertado pelo campus de Canindé apresenta estrutura pedagógica compatível com o que preceitua as seguintes legislações:
- Resolução CNE/CES nº 01 de 08 de junho de 2007
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96)
- Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)
- Resolução nº 035, de 22 de junho de 2015 Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE.
- Regulamento Geral da Pós-Graduação Lato Sensu do IFCE (quando aprovada pelo CONSUP)

O curso tem como objetivo principal formar profissionais para atuarem em instituições públicas e privadas, entidades ligadas ao terceiro setor e movimentos sociais com conhecimentos sobre elementos que orientam a elaboração, gestão e análise das políticas públicas, considerando, para este fim, aspectos da realidade local.

A matriz curricular é composta por 03 semestres num total de 19 componentes curriculares e 01 trabalho de conclusão de curso. A organização curricular flexível permite ajustes na matriz do curso, caso sejam necessários. Os procedimentos metodológicos são diversos comtemplando assim a teoria e a prática e a produção do conhecimento.

A carga horária de 360 horas aula está de acordo com o mínimo estabelecido para os cursos desse nível de ensino e são acrescidas 60 horas destinadas à elaboração e à apresentação do trabalho final do curso, qual seja, o Trabalho de Conclusão de Curso.

O início do curso está previsto para maio de 2018. As aulas acontecerão de segundas a sextas-feiras no horário de 18h às 22h (sábados em situações específicas no horário de 8 às 16 horas).

O corpo docente formado de 20 professores, sendo 08 doutores, 11 mestres e 01 especialista, respeita as normas emanadas da Resolução nº 01/2007 e as da CAPES, no tocante a participação de 50% de doutores e mestres no curso.

Mediante essas considerações recomenda-se a aprovação do projeto do curso de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas tendo em vista que o papel reservado a esse curso é de grande importância, na medida em que os agentes especialistas egressos estarão capacitados a intervirem na realidade social, política e econômica. Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados ainda pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, exige-se que o profissional responsável pela condução das organizações públicas tenha desenvolvido sua criatividade, seu espírito critico e a sua capacidade de produção de novos conhecimentos.

Canindé, 20 de novembro de 2017.

Pedagoga/Siane 2327765

Diretora de pós-graduação

whome sullan Firmeira Rodnigers

Bárbara Suellen Ferreira Rodigues Coordenadora de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação SIAPE 1841491



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ

Fortaleza, 20 de novembro de 2017

Memorando nº473 /2017/PRPI

À Secretaria do Conselho Superior (CONSUP)

Assunto: Solicita análise do PPC do curso Lato Sensu de Especialização em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas, campus Canindé – Processo: 23255.052711.2017-20

Considerando a importância do fortalecimento das ações da pós-graduação do IFCE por meio da realização de cursos de especialização *lato sensu*;

Considerando a importância do curso *lato sensu* de Especialização em **Planejamento** e **Gestão de Políticas Públicas** no *campus* **Canindé** para a formação continuada de profissionais que atuam na área;

Considerando a necessidade de alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) a fim de atender às novas demandas do curso;

Considerando que o PPC está em consonância com a legislação educacional vigente e a requisitos necessários para o desenvolvimento do processo educativo;

O Departamento de Pós-Graduação da Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação manifesta-se **favorável** à abertura do curso em epígrafe e encaminha ao Conselho Superior para análise e manifestação quanto à sua aprovação.

Respeitosamente,

Prof. Fábio Alencar Mendonça

Filmo Clencon Wen

Chefe do Departamento de Pós-Graduação do IFCE PORT. Nº 396/GR DE 02/05/17, D.O.U. 03/05/17